

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	7
5.3 - Descrição - Controles Internos	11
5.4 - Programa de Integridade	21
5.5 - Alterações significativas	23
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	24

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	25
10.2 - Resultado operacional e financeiro	67
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	70
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	72
10.5 - Políticas contábeis críticas	73
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	80
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	81
10.8 - Plano de Negócios	82
10.9 - Outros fatores com influência relevante	85

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos, uma vez que tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio que possam impactar o atingimento dos objetivos previstos no planejamento estratégico e operacional da Companhia, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. Ademais, com o objetivo de controlar ou mitigar riscos que possam impactar de forma adversa suas operações e resultados, a Companhia adota, entre outros, as seguintes políticas:

- 1) Política de Contratação de Empresas Médicas: A Companhia possui uma Política de Contratação de Empresas Médicas, aprovada em 21 de fevereiro de 2014 pela Vice-presidência médica da Companhia. Essa política objetiva estabelecer as regras e os procedimentos a serem seguidos para a contratação de empresas médicas, de modo a garantir a segurança e a qualidade dos serviços prestados.
- 2) Regimento Interno do Comitê Médico: A Companhia aprovou, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de julho de 2011, o Regimento Interno do Comitê Médico. O regimento tem por objetivo estabelecer as regras de funcionamento deste comitê, que é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, devendo atuar como órgão de consulta da Diretoria da Companhia. O Comitê Médico deve ser chamado a opinar, previamente, sobre questões que afetem as operações da Companhia e de suas controladas que envolvam atividades relacionadas à prática médica.
- 3) Políticas da Segurança, Consistência e Rastreabilidade da Informação. A Companhia implementou, em novembro de 2012, uma Política da Segurança, Consistência e Rastreabilidade da Informação, composta por um conjunto formal de regras e diretrizes que devem ser seguidas pelos colaboradores, prestadores de serviços ou terceiros que tenham acesso a informações pertencentes à Companhia. Essa política tem por objetivo (i) garantir confidencialidade, integridade e autenticidade da informação; (ii) aperfeiçoar mecanismos para segurança da informação; (iii) assegurar que as informações sejam prontamente identificáveis e recuperáveis de acordo com sua aplicação; (iv) controlar informações geradas na organização; e (v) garantir adequada utilização da tecnologia da informação.
- 4) Política de Suprimentos: A Companhia possui uma Política de Suprimentos, cuja finalidade é estabelecer princípios básicos, atribuições, responsabilidades e procedimentos para solicitação e aquisição de produtos, bens e serviços, em todas as modalidades, com aplicação em todas as empresas do grupo Alliar e seus setores.
- 5) Política de Integridade. A Companhia possui, desde novembro de 2013, um Código de Ética e Conduta que serve como guia prático de conduta pessoal e profissional, a ser

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

utilizado por todos os colaboradores da Companhia e de suas controladas em suas interações e decisões diárias no exercício de suas atribuições. O Código de Ética e Conduta da Companhia contempla diversas políticas: de seleção e contratação de funcionários; de presentes, hospedagem, entretenimento, viagens e despesas; de patrocínio; de doações ou contribuições políticas; de doações de caridade; de pagamentos de facilitação; de registros contábeis e financeiros; de prevenção de fraudes, colusão e coação; de prevenção à lavagem de dinheiro; de relações com concorrentes (normas antitruste); e de *due diligence* de terceiros (parceiros comerciais, prestadores de serviços, fornecedores, agentes, procuradores, despachantes, representantes comerciais, distribuidores, consultores, empreiteiros e quaisquer outros terceiros que representem a Companhia). Todas as pessoas ligadas à Companhia devem pautar a sua atuação em princípios éticos e nos valores estabelecidos no Código de Ética e Conduta, que refletem um padrão comportamental irrepreensível. O Código de ética e Conduta está disponível no site da Companhia.

- 6) Canal para denúncias (*hotline*): A Companhia possui desde o segundo semestre de 2016 canal de denúncia independente, autônomo e imparcial disponível através de número telefônico (*hotline*) que permite ao público realizar denúncias, tirar dúvidas ou fazer questionamentos com relação ao programa de *compliance* da Companhia. O canal de denúncias oferece a opção de recebimento de denúncias anônimas.
- 7) Adequação dos Controles Internos: A Companhia está robustecendo a sua área de controles internos a fim de se adequar aos procedimentos e prazos que deve observar em virtude de se tornar companhia aberta.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo das políticas adotadas pela Companhia é o de fornecer e indicar as diretrizes, responsabilidades, mecanismos e procedimentos internos para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Riscos inerentes à Companhia, ao cenário macroeconômico e setorial, bem como relacionados a questões de segurança e funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação, a novas leis e regulamentações, aos operadores de planos de saúde e a questões reputacionais, surgem no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia analisa estes riscos e define estratégias para gerenciar o impacto sobre seu desempenho, em consonância com suas políticas.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

As políticas adotadas pela Companhia são implementadas por meio dos seguintes instrumentos:

- 1) Avaliação Mensal de Riscos: A Companhia possui, desde 2012, um Comitê de Riscos e Compliance responsável pela avaliação e monitoramento dos riscos da Companhia. São atribuições do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia: (i) a verificação de licenças e alvarás necessários para as operações da Companhia; (ii) a verificação de certidões de tributos federais, estaduais e municipais; (iii) a revisão de todos os contratos de locação da Companhia de forma a garantir a renovação dos contratos, avaliando se há a necessidade de ingressar com ações renovatórias; (iv) o acompanhamento e avaliação sobre o cumprimento da Política de Contratação de Empresas Médicas; (v) o monitoramento dos riscos jurídicos da Companhia e a revisão de cláusulas de compliance anticorrupção a serem incluídas nos contratos celebrados pela Companhia; e (vi) o acompanhamento das contingências judiciais e administrativas da Companhia, com avaliação dos riscos envolvidos, principais decisões e eventual necessidade de mudança de prática.
- 2) Monitoramento de Resultado e Ações de Melhoria: O programa SIGA – Sistema Integrado de Gestão Alliar, reúne 80 requisitos em quatro categorias, Agendamento, Comercial, Experiência do Cliente, Processos e Produção, Qualidade e Segurança, estabelecendo um padrão de referência e medição periódica das práticas e KPIs da Companhia em cada unidade, resultando numa classificação de desempenho, SIGA Bronze, SIGA Prata e SIGA Ouro.
- 3) Monitoramento de Qualidade e Segurança: A Companhia adota diversos métodos para monitorar seus resultados e buscar um melhor desempenho. A companhia adquiriu acreditações concedidas pela Organização Nacional de Acreditação ("ONA"). Por meio de procedimentos periódicos de avaliação integral da qualidade do serviço oferecido pela Companhia, em que são avaliados aspectos de estrutura, processos e resultados, a Companhia adquiriu ao longo dos últimos anos certificações de Nível 3. Para que os certificados emitidos pela ONA sejam obtidos e mantidos, a Companhia deve (i) revisar de maneira sistemática suas estratégias; (ii) manter profissionais com capacitação compatível com a atividade; (iii) analisar o desempenho de seus fornecedores; (iv) possuir planos de contingência; (iv) monitorar seus resultados e promover ações de melhoria; e (v) cumprir a legislação vigente e ter capacidade de identificar possíveis riscos que a Companhia possa eventualmente estar exposta.
- 4) Segurança da Informação. Por meio da Política de Segurança, todos os colaboradores, prestadores de serviços ou terceiros que tenham acesso a informações pertencentes à Companhia são orientados a manter qualquer informação como sigilosa e confidencial. Além disso, conforme previsto no Código de Conduta, todos os colaboradores devem estar sempre atualizados em relação às respectivas políticas bem como seus

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

procedimentos, buscando orientações da área jurídica da Companhia quanto à aquisição, uso e/ou descarte de informações.

- 5) Relacionamento com Terceiros. A Companhia adota práticas rígidas na negociação e administração de todas as atividades comerciais. Os parceiros de negócio e fornecedores da Companhia são respeitados e reconhecidos como importantes agentes entre os públicos de relacionamento com a Companhia. No processo de contratação, a Companhia evidencia as exigências para que todos os parceiros de negócio e fornecedores atendam à legislação vigente, com especial atenção para o cumprimento da legislação aplicável aos negócios da Companhia. De acordo com o Código de Ética e Conduta os colaboradores envolvidos no processo de seleção ou que se envolvam pessoalmente com fornecedores devem procurar seus superiores imediatos para comunicar qualquer tipo de vínculo pessoal com empresas e/ou profissionais que prestem serviços à Companhia. Além disso, os colaboradores não podem receber pagamentos impróprios e doações de fornecedores em troca de concessão de vantagens comerciais ou benefícios, a não ser brindes corporativos compatíveis com boas práticas comerciais.
- 6) Monitoramento de Terceiros. De forma a proteger a Companhia em relação aos riscos decorrentes das leis anticorrupção por atos praticados por terceiros prestadores de serviço, os contratos celebrados com nossos parceiros de negócios possuem cláusulas de anticorrupção que proíbem expressamente a prática de qualquer forma de suborno e corrupção. Além disso, as cláusulas de anticorrupção preveem o direito da Companhia rescindir automaticamente o contrato celebrado, quando comprovada falha do terceiro em cumprir com tais cláusulas anticorrupção.
- 7) Relacionamento com Órgãos Públicos. A Companhia mantém o mais alto nível de integridade na relação com representantes do governo e seus colaboradores são orientados a (i) não dar ou receber qualquer tipo de pagamento, seja em dinheiro, presentes, serviços ou qualquer benefício de valor com o objetivo de suborno ou tratamento especial; (ii) cumprir a legislação e não executar qualquer ação que viole as leis e regulamentos vigentes; (iii) manter um relacionamento ético, transparente e de credibilidade com os órgãos governamentais; e (iv) comprometer-se a seguir as regras estabelecidas pela Lei nº 12.846/2013, devendo sempre basear-se na transparência e nos princípios do Código de Conduta e Ética da Companhia.
- 8) Supervisão de Práticas Médicas: A supervisão e definição de práticas médicas e padrões de qualidade são realizadas pelo Comitê Médico da Companhia, que possui as seguintes atribuições e responsabilidades: (i) fixar diretrizes e políticas das práticas médicas da Companhia, com exceção da remuneração dos médicos, que caberá ao Conselho de Administração; (ii) indicar, supervisionar e solicitar a substituição do Diretor Médico da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Companhia, decisão que deve ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia; (iii) definir os padrões de qualidade dos exames médicos oferecidos pela Companhia e por suas controladas ou coligadas, considerando-se os equipamentos que a Companhia possui ou venha a possuir; (iv) controlar a observância das normas éticas regulamentares da profissão médica; e (v) definir os equipamentos que deverão ser adquiridos pela Companhia ou por suas controladas ou coligadas, respeitadas as necessidades médicas. Ainda, o diretor médico de cada unidade realiza uma revisão estatística dos laudos realizados na sua respectiva unidade, garantindo, por meio de uma mostra, a qualidade dos laudos expedidos.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme mencionado e já exposto nos itens acima, a Companhia adota uma estrutura organizacional integrada entre diferentes órgãos da administração e comitês da Companhia, que gerenciam e monitoram seus riscos de acordo com seus valores, princípios e diretrizes.

A Companhia possui, dentre outros, os seguintes comitês:

Comitê de Ética

A Companhia possui um Comitê de Ética que será convocado na medida em que houver necessidade (convocação por demanda). Tal comitê é composto por representantes da Diretoria e das áreas de Recursos Humanos e Jurídica, sendo responsável por avaliar e decidir sobre casos de violação ao Código de Ética e Conduta.

Comitê de Risco e Compliance

A Companhia possui, desde 2012, um Comitê não estatutário de Riscos e Compliance, responsável pela avaliação e monitoramento dos riscos da Companhia. O Comitê é composto por um representante do departamento jurídico, pelo diretor financeiro e por um consultor de riscos externo, que reportam-se diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. Os membros deste Comitê devem se reunir mensalmente para acompanhamento de riscos, sendo que a cada reunião um relatório sumário dos assuntos tratados deve ser gerado. As atribuições do Comitê de Riscos e Compliance estão descritas no item 5 (b) (ii) acima.

Comitê Médico

O Comitê Médico da Companhia, instituído em 2011, possui um caráter de funcionamento permanente, devendo atuar como órgão de consulta da Diretoria da Companhia. O Comitê é composto por 7 (sete) membros, sendo a maioria médicos e todos eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, os quais serão majoritariamente pelos Senhores Sergio Tufik e Roberto Kalil Issa. Caberá aos acionistas o direito de indicar 5 (cinco) membros do Comitê Médico, sendo (a) 4 (quatro) membros indicados pelos Senhores Sergio Tufik e Roberto Kalil Issa, os quais deverão ser médicos radiologistas e (b) 1 (um) membro indicado pelos FIPs

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Pátria. Os demais 2 (dois) membros do Comitê Médico serão eleitos pelo Conselho de Administração, conforme indicação dos demais acionistas signatários do acordo de acionistas.

Comitê de Aquisições

O Comitê de Aquisições, instituído em 19 de maio de 2011, é um órgão de assessoramento e instrução permanente cujas competências envolvem o auxílio na coordenação e na avaliação de aquisições de novas sociedades pela Companhia. Tal atividade tem por fim mitigar os riscos que a Companhia está exposta ao combinar a estrutura operacional com as novas investidas.

O Comitê de Aquisições é constituído por 6 (seis) membros, sendo 2 (dois) indicados pelos FIPs Pátria, 2 (dois) indicados pelos Senhores Sergio Tufik e Roberto Kalil Issa e 2 (dois) eleitos pelo Conselho de Administração, conforme indicação dos demais signatários do acordo de acionistas.

Por fim, ressalta-se que os trabalhos de todas as áreas e departamentos da Companhia passam por testes para avaliação dos controles internos. A responsabilidade primária pelo gerenciamento de risco e manutenção dos controles internos é de cada área da Companhia.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A verificação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos e controles é supervisionada pelo Conselho de Administração, que tem por missão também assegurar conjuntamente a integridade, adequação e a eficácia dos controles internos. A Administração da Companhia elabora planos anuais de auditoria e os aplica como uma forma de avaliar os mecanismos de controle.

Um outro meio objetivo de verificação da eficácia das políticas de gerenciamentos de riscos se dá pelo programa SIGA que avalia cada unidade por meio de 80 requisitos, resultando numa classificação de desempenho: SIGA Bronze; SIGA Prata e SIGA Ouro. Tal classificação indica à administração da Companhia os focos de atenção na gestão de cada unidade.

Por fim, para manter os padrões e certificações concedidos pela ONA, a Companhia deve, entre outros, monitorar de maneira periódica seus resultados e promover ações de melhoria, ter capacidade de identificar possíveis riscos que a Companhia possa eventualmente estar exposta e revisar periodicamente suas políticas e instrumentos, medidas que contribuem para uma verificação sistemática da efetividade de suas políticas e procedimentos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, uma vez que tem como prática monitorar constantemente os riscos que possam impactar o atingimento dos objetivos previstos no planejamento estratégico e operacional da Companhia, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades.

Não obstante não possua uma política formalizada, a Companhia possui um Comitê de Riscos e Compliance, conforme mencionado no item 5.1, que se reúne mensalmente, nos quais são discutidos todos os riscos considerados relevantes, as ações que serão, ou foram, tomadas para mitigar seus efeitos e as melhores práticas de controles internos das áreas corporativas.

Ademais, a Companhia adota como conduta de gerenciamento de riscos: (i) manter um nível de caixa mínimo como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) monitorar frequentemente o desenvolvimento de seus projetos e as tendências do setor de diagnósticos e saúde para aprimorar a compreensão e análise de mercado como forma de atenuar os riscos e maximizar o retorno do negócio; e (iii) monitorar a eficiência e diligência nos seus gastos, analisando seus diversos processos e a forma como os investimentos estão sendo alocados, bem como o acompanhamento do volume de despesas, buscando meios para que sejam reduzidas, atenuando, assim, riscos de desperdício e mal gerenciamento de recursos.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos para os quais a Companhia busca proteção são aqueles decorrentes de liquidez, de resultado devido a oscilações de taxas de mercado e de crédito.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (*Hedge*)

Risco de taxas de juros: Para garantir a proteção patrimonial a administração mantém suas aplicações atreladas ao CDI, de modo a garantir um *hedge* natural frente à sua exposição passiva, mitigando, desta maneira, parte do impacto negativo de oscilações de taxas de juros.

O Grupo está exposto ao risco de taxa de juros, uma vez que suas controladas e coligadas obtêm empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como com pós-fixadas. Esse risco é administrado pelo Grupo através da manutenção de um mix apropriado de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A Companhia apresenta, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como CDI, TJLP e Libor entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável (cenário base), segundo avaliação efetuada pela Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados financeiros

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável (cenário base) seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2017, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário base as taxas anuais TJLP em 7,8%, o CDI em 6,77% e Libor em 1,67%. Já o "Cenário possível" contempla um aumento de 25% nas taxas em questão e o "Cenário remoto" um aumento de 50%.

	Consolidado			
	Valor contábil	Cenário base	Cenário possível 25%	Cenário Remoto 50%
Empréstimos por indexador				
CDI + 1,54% a 4,43%	478.436	510.816	553.214	608.314
Libor + 3,5% a 3,89%	12.713	13.351	14.190	15.260
TJLP + 2,5% a 5,5%	48.254	51.995	57.033	63.665
Instrumentos financeiros derivativos (posição passiva)				
Indexador				
CDI + 3,5% a 6,95%	9.176	9.797	10.626	11.705
	548.579	585.959	635.063	698.944
Aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários				
Indexador				
100% CDI	3.248	3.468	3.761	4.143
Exposição líquida	545.331	582.491	631.302	694.801
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário base	-	37.160	48.811	112.310

Risco de taxa de câmbio: O Grupo faz algumas transações em moeda estrangeira, consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. Do total da dívida bruta bancária, 98% está denominado em moeda local ou com operações de hedge, de forma que apenas 2% encontra-se sujeito à variação cambial.

Os valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Moeda estrangeira USD		
Leasing de máquinas e equipamentos	5.231	8.615
Capital de giro	7.793	222.903
FINAME	8.363	11.604
(-) Custo de captação	(79)	(1.682)
Total	21.308	241.440

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$ 3,25, conforme entendimento do mercado, divulgado através do Boletim Focus do dia 05 de março de 2018 para estimativas em 29 de dezembro de 2017. Os cenários II e III foram calculados com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco sobre o cenário base, que no

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercados

caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do Consolidado e da Controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 29 de dezembro de 2017, de R\$3,25.

	Consolidado			
	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	20.505	20.505	25.631	30.758
Instrumentos financeiros derivativos – SWAP (posição ativa)	(7.917)	(7.917)	(9.896)	(11.876)
Exposição passiva líquida após derivativos	12.588	12.588	15.735	18.882
Efeito líquido da variação cambial - ganho/(perda)	-	-	3.147	6.294

Risco de crédito: É avaliado em bases históricas pela Administração, estando sujeito a oscilações de mercado e da economia nacional e local. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

Risco de liquidez: O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Adicionalmente, em outubro de 2017, a companhia concluiu sua primeira emissão de debêntures, no montante de R\$ 270 milhões, com prazos de 3 e 5 anos e taxas de 116% e 118% do CDI, respectivamente. Como resultado da Oferta, a Companhia reduziu seu custo de endividamento e alongou o perfil da dívida.

Risco de inflação: Ao mesmo tempo em que a maior parte dos custos da Companhia estão atrelados à inflação, a receita também um repasse baseado na inflação. Desta maneira, também há um *hedge* natural na exposição da Companhia aos índices inflacionários.

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*Hedge*)

Atualmente a Companhia não utiliza instrumentos de proteção patrimonial *hedge*, exceto na linha de empréstimo 4.131, por meio das quais referido instrumento financeiro engloba um instrumento de proteção patrimonial.

(iv) Parâmetros Utilizados para gerenciamento de riscos

Os parâmetros utilizados foram citados no item (a).

(v) Se o emissor operar instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*Hedge*) e quais são estes objetivos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de merc...

A Companhia não opera instrumentos financeiros fora do contexto apresentado no item (iii) acima.

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Apesar de não ter uma política de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, a administração destes riscos é efetuada por meio das nossas estratégias operacionais e dos seus controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das operações da Companhia.

Tais procedimentos são coordenados pela Diretoria Financeira, por meio de (i) monitoramento periódico de indicadores macroeconômicos e portfólio de clientes e contratos; (ii) gestão ativa dos contratos, incluindo medidas preventivas (tais como análise de risco de crédito antes da contratação com potenciais clientes) e atualização das condições financeiras dos clientes; e (iii) manutenção de contas-correntes bancárias com instituições aprovadas pela administração com o objetivo de diversificação de risco.

Essas ações são reportadas regularmente à Diretoria e ao Conselho de Administração, que analisam as informações e discutem diretrizes e medidas para aprimorar as práticas de controle da Companhia.

A Companhia possui como prática não efetuar aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, de caráter especulativo.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a Diretoria Financeira avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira compatível às condutas adotadas para gerenciamento de riscos e eficientes para a gestão e o resultado da Companhia.

A administração da Companhia entende que a estrutura operacional e controles internos adotados são adequados para o acompanhamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Ademais, a Companhia também implementa em seus controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras e à geração de informações gerenciais, padrões e procedimentos de controle e monitoramento que visam garantir fidedignidade e transparência compatíveis com os requisitos atualmente exigidos pelo ambiente de negócios. Esses procedimentos visam adicionalmente a aprimorar a performance e supervisão organizacional, reduzir a extensão de riscos de fraudes da Companhia ou de perdas atribuíveis a fatores relacionados a desempenho, decisões, imagem ou quaisquer outros.

Em 2016, a Companhia implementou ainda um novo sistema na modalidade "ERP – Enterprise Resource Planning" com as melhores práticas e recursos tecnológicos disponíveis no mercado para integração, controle e geração de informações decorrentes dos processos operacionais, além de otimização de ferramentas para gestão eficaz das atividades empresariais.

a - as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Para assegurar a elaboração e revisão eficientes de demonstrações financeiras, a integridade das informações e para proteção de seu patrimônio e interesses em relação a riscos de diferentes naturezas, a Companhia dispõe de procedimentos e recursos, incluindo:

- Equipes de tecnologia da informação, controladoria e auditoria interna;
- Automatização da maioria dos lançamentos contábeis;
- Controle dos acessos lógicos aos sistemas, segregação de funções para transações críticas em relação à segurança dos processos;
- Definição de alçadas de aprovação para transações conforme sua relevância;
- Revisão gerencial dos fechamentos contábeis, das conciliações bancárias, de lançamentos contábeis manuais e de resultados de inventários;

A estrutura de governança conta ainda com código de ética, canal de denúncias, políticas e procedimentos que referentes à definição de princípios, responsabilidades, atribuições e critérios quanto a manutenção de registros fidedignos e adequados das operações da Companhia para permitir a elaboração de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e com relação à certeza de que os recebimentos e dispêndios estejam sendo feitos somente conforme a autorizações da administração e do Conselho de Administração.

O sistema de controles internos e as práticas estabelecidas pela Companhia são avaliadas e monitoradas pela Auditoria Interna. As eventuais imperfeições e deficiências são relatadas nas Cartas de Controles Internos da Auditoria Externa ou nos Relatórios de Auditoria Interna, e são reportadas à Administração, desdobrando-se em planos de ação para mitigar a exposição a riscos e / ou corrigir os processos.

A estrutura de governança é considerada pela Diretoria como eficaz para assegurar as informações solicitadas e divulgadas nos relatórios das Companhias, bem como para a tomada de decisões tempestivas em relação à minimização de riscos e otimização de oportunidades.

b - as estruturas organizacionais envolvidas

O sistema de controles internos da Companhia conta com as áreas de Controladoria, Auditoria Interna, Relações com Investidores, Segurança da Informação. Dentre as responsabilidades dessas áreas estão: (i) identificar e mensurar os riscos existentes nos processos da Companhia; (ii) avaliar a eficácia dos controles destinados à mitigação desses riscos; (iii) endereçar junto à Alta Administração ações que reduzam ou eliminem a exposição da Companhia aos riscos,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

mediante o aperfeiçoamento dos controles; (iii) garantir um ambiente de integridade corporativa que garanta uma atuação sustentável e perene; (iv) assegurar a adequação dos controles internos que tragam confiabilidade e integridade às demonstrações financeiras e (v) estabelecer rotina de monitoramento que garanta constante acompanhamento e aprimoramento de todo o sistema de controles internos.

A Companhia possui também comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, dentre eles: Comitê Financeiro, Comitê Médico e Comitê de Expansão.

Cabe também ressaltar que a responsabilidade primária pela manutenção dos controles internos e gerenciamento dos riscos é atribuição de cada área de negócios da Companhia.

c - se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A administração aplica planos anuais de auditoria interna com objetivo de avaliar a eficácia dos mecanismos de controle como elementos de identificação, mensuração e mitigação de riscos de qualquer natureza que possam afetar os interesses e/ou o patrimônio da Companhia, e também para garantir a aplicação mais racional possível dos recursos disponíveis.

Dessas auditorias internas, resultam planos de ações de melhorias de controle interno, que são objeto de "follow up" destinados a promover a sua efetiva e tempestiva aplicação.

A eficácia do controle interno da Companhia sobre a divulgação das informações financeiras em 31 de dezembro de 2017 foi revisada pela Ernst & Young Auditores Independentes, e o resultado desta revisão está indicado no item "d" desta seção.

d - deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Ernst & Young Auditores Independentes ("Auditores") realizou o exame das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2017, com o objetivo de expressar suas opiniões a respeito destas demonstrações e emitir suas sugestões para melhoria dos controles internos.

Nesse contexto, foram apontadas as seguintes deficiências significativas:

- 1) Reconhecimento de receita a faturar envolvendo o sistema Pleres e sua integração com o sistema Protheus

Ponto: Com base em discussões com a Administração e em outros procedimentos realizados foi verificada a ausência de informações analíticas e tempestivas ao longo do exercício, que permitissem que a Administração identificasse de forma detalhada os serviços prestados e ainda não faturados, considerando, inclusive a expectativa de recuperabilidade dos saldos. Ademais, foi verificado também que o processo de reconhecimento contábil do saldo de receita e contas a receber a faturar envolve muitos inputs manuais, que vão desde a extração do relatório de produção do período e a comparação subsequente com a receita reconhecida em decorrência da emissão de notas fiscais, por empresa.

Risco: A ausência de informações relevantes para o reconhecimento da receita e contas a receber a faturar como a data em que ocorreu a prestação do serviço, prazo de faturamento acordado entre a Companhia e operadoras de saúde, data de emissão do laudo e status do exame no que tange seu faturamento, podem impactar em erro no reconhecimento contábil em relação ao valor, competência e expectativa de que os benefícios gerados pela prestação do serviço fluirão para a Companhia, potencializando os riscos de erros se materializarem. É possível inferir também que o processo manual aumenta o risco de reconhecimento indevido de receita a faturar.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Recomendação: Tendo em vista o alto volume de transações, variedade de serviços, baixa concentração da carteira de cliente, grande número de unidades operacionais, influenciado pelo volume de aquisições de empresas, que demandam algum tempo para padronização de procedimentos, é de suma importância que a Companhia tenha um sistema de informações contábeis e gerenciais que atenda suas necessidades.

Diante do exposto, recomendamos que a Administração conduza uma avaliação e customização do sistema Pleres e da integração com ERP atual ou, eventualmente, estude alternativas para investimento em um novo sistema. Como parte dessa avaliação, vários usuários devem ser entrevistados a fim de se obter melhor entendimento dos desafios relacionados com os atuais sistemas para identificar atualizações/ customizações possíveis. Isso garantirá que as exigências dos usuários com relação ao sistema sejam atendidas e que o sistema seja mais adequado para atender às necessidades da Companhia. A Companhia pode considerar também o envolvimento de especialistas externos que possam auxiliar no processo de identificação e implementação de melhorias.

É fundamental que a Companhia e sua Administração possam informar e consultar, de forma tempestiva, as informações, como o prazo de faturamento acordado entre a Companhia e operadoras de saúde, data de emissão do laudo, status dos serviços no que tange seu faturamento, inclusive com associação da nota fiscal referente ao exame prestado. Além disso, o departamento de TI e a contabilidade da Companhia podem trabalhar em conjunto para que a integração entre o Pleres e o Protheus receba melhorias ao ponto de ser possível que os saldos de receita e contas a receber a faturar sejam reconhecidos de forma automática e suas composições analíticas possam ser extraídas de forma automatizada e com layout que atenda às necessidades do processo de fechamento contábil.

2) Procedimentos de conciliação entre os módulos financeiros e contábeis

Ponto: A Companhia efetua a conciliação entre a movimentação bancária e o módulo financeiro, todavia não há evidência formal de verificação e aprovação por uma pessoa com maior nível de senioridade e independente do preparador. Adicionalmente, observamos que não há preparação tempestiva de conciliações contábeis de inúmeras contas contábeis com os razões auxiliares e módulo financeiro, das quais citamos: contas a pagar e a receber, partes relacionadas e impostos retidos na fonte.

Risco: Sem a devida verificação e aprovação das conciliações, é possível que os erros cometidos no processo de conciliação não sejam notados, ou itens que mereçam ser investigados deixem de ser checados por longos períodos de tempo. Isso pode fazer com que fraudes ou erros não sejam detectados tempestivamente, o que poderia resultar em prejuízos monetários, erros nos relatórios financeiros ou até mesmo no processo de tomada de decisão que pode se basear em informações imprecisas ou intempestivas.

Recomendação: A Administração deve designar uma pessoa para revisar as conciliações tempestivamente, de forma a assegurar que as conciliações sejam efetuadas regularmente e de forma adequada. A pessoa encarregada da verificação deve ser uma pessoa independente do preparador e com maior nível de senioridade. A mudança no processo deve incluir uma maior interação entre os módulos financeiro e contábil, bem como uma melhor rastreabilidade das informações utilizadas para a conciliação. Além disso, as conciliações devem ser arquivadas, e sempre que possível assinadas, evidenciando a revisão. Sugerimos ainda que o processo de formalização da revisão seja feito em meio eletrônico, facilitando o seu arquivamento e rastreabilidade.

3) Procedimentos de conciliação do ativo imobilizado

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Ponto: O processo de fechamento de ativo imobilizado envolve tanto rotinas do módulo patrimonial quanto lançamentos contábeis manuais. Nesse sentido, notamos a ausência de conciliação tempestiva (formalizada e revisada) das adições, alienações e depreciações entre o módulo patrimonial e o razão contábil, incluindo lançamentos manuais. Tal fato resultou em ineficiências nos procedimentos de fechamento contábil e, consequentemente, na auditoria das demonstrações financeiras.

Percebemos, ainda, um elevado número de *inputs* manuais nos registros contábeis envolvendo capitalização, o qual associado à revisão insuficiente desses lançamentos e a falta de políticas formalizadas pode levar à capitalização inadequada, impactando as avaliações de desempenho e resultado.

Risco: Sem a devida verificação e aprovação da conciliação entre o módulo patrimonial e contábil, é possível que registros manuais efetuados de forma incorreta, erros no processo de conciliação não sejam notados e itens que mereçam ser investigados deixem de ser checados por longos períodos de tempo. Isso pode fazer com que erros não sejam detectados tempestivamente, o que poderia resultar em prejuízos monetários e erros nos relatórios financeiros.

Recomendação: A Companhia deve estabelecer e manter um controle de ativos fixos que cubra grupos relevantes de ativos, integrado ao módulo contábil, considerando, inclusive os lançamentos manuais efetuados diretamente no módulo contábil. Nesse caso recomendamos que a Administração prepare conciliações que contenham preferencialmente as seguintes informações para cada ativo:

- Número de identificação
- Descrição
- Unidade de alocação
- Data de aquisição / data do início da operação
- Custo original
- Depreciação acumulada
- Depreciação do exercício corrente
- Método de depreciação a ser aplicado
- Taxa de depreciação

A implementação do controle de ativos fixos melhorará a exatidão da contabilização dos ativos fixos e a eficiência das operações. Recomenda-se também uma maior automatização do processo de capitalizações, reduzindo assim o volume de *inputs* manuais e, consequentemente, risco de erro.

4) Adequação do porte e a necessidade de desenvolver competências da equipe responsável pela contabilidade e pela elaboração de demonstrações financeiras

Ponto: A Companhia passou um período de expansão nos últimos anos, ampliando o número de localidades atendidas pelo centro de serviço compartilhado. Todavia, o quadro de colaboradores do departamento contábil aparenta ser insuficiente para acompanhar esse crescimento, seja no que tange a ampliação de colaboradores com nível mais elevado de senioridade ou até no porte do referido departamento.

Risco: Face ao exposto, a Companhia está sujeita a risco de erro na apresentação financeira e pode não ser capaz de desenvolver e manter controles internos eficazes, como aqueles associados a revisão por profissionais com maior nível de senioridade e até mesmo de segregação de funções. Além disso, a estrutura pode contribuir para que processos se tornem mais morosos, inclusive no que tange a elaboração de demonstrações financeiras e fechamento contábil, assim potencializando o risco de análise de temas contábeis relevantes ser intempestiva.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Recomendação: O departamento contábil quando constituído por um quadro de pessoal adequado tem a capacidade de produzir tempestivamente informações financeiras com exatidão conforme a necessidade e, ainda, desenvolver e manter controles internos apropriados. Portanto, a Companhia deve avaliar o aumento do quadro de colaboradores do departamento contábil, considerando as competências necessárias para prover maior eficiência e eficácia dos processos contábeis. Deve avaliar também as competências dos colaboradores atuais que precisam ser desenvolvidas para então promover tal atribuição por meio de treinamentos que podem ser conduzidos por consultores externos ou até mesmo por profissionais internos.

5) Deficiência no procedimento de concessão de acessos no 0800net (Sistemas Protheus e Vetorh)

Ponto: Durante a realização do entendimento do processo de concessão de acessos pela ferramenta 0800net, identificamos um acesso que foi concedido ao sistema Protheus sem a devida formalização e aprovação. Não há na ferramenta 0800net um fluxo de aprovação para os chamados relativos às concessões de acesso que são abertos.

Risco: Usuários do ambiente de TI (tanto da área de TI quanto das áreas de negócio) não são autorizados ou o acesso concedido não está de acordo com o que foi autorizado.

Usuários do ambiente de TI (tanto da área de TI quanto das áreas de negócio) não são adequados.

Recomendação: Recomendamos que o processo de concessão de acesso seja revisado e que sejam adotados procedimentos que visem assegurar a devida formalização e segregação de função entre as etapas de solicitação e aprovação de novos acessos e alterações em acessos existentes, bem como entre as etapas de solicitação/aprovação e concessão dos acessos. Adicionalmente, sugerimos que o controle de concessão de acesso possua um procedimento formal de revisão (com periodicidade definida) de todos os novos usuários criados e também das alterações de permissão de acessos de usuários que já existiam, a partir das listas de usuários extraídas diretamente dos sistemas. Em seguida, os gestores responsáveis da área de TI deverão avaliar se os acessos criados/alterados foram feitos somente mediante formalização e aprovação devidas, bem como se respeitaram as devidas segregações entre funções críticas.

Vale ressaltar, que faz-se necessário ao extrair a lista de usuários dos sistemas para posterior avaliação, a companhia assegurar a completude e integridade dos dados assegurando que não ocorreu extravios ou alterações nos dados.

6) Ausência de controle de revalidação periódica

Ponto: Identificamos que a Alliar não possui procedimentos formais de revalidação periódica dos acessos dos usuários nos sistemas. Com isto, verificamos que alguns usuários permaneceram com acesso ativo após o desligamento na Companhia.

Para o sistema Vetorh analisamos os perfis de acesso de todos os usuários do sistema, avaliando o perfil com o cargo e/ou função desempenhada pelo profissional na empresa. Identificamos acessos inadequados com permissões de inserir, alterar e excluir em: Ficha Registro de colaboradores, Lançamentos em cálculos, Terceiros em pagtos físico, Rescisões, Salários, IR Fonte, Previdência, Tabelas de cargos, Eventos e Horários.

Risco: Usuários do ambiente de TI (tanto da área de TI quanto das áreas de negócio) não são adequados.

Recomendação: Recomendamos que seja instituído um procedimento formal com periodicidade definida de revisão de usuários ativos, a partir das listas de usuários extraídas diretamente dos sistemas. Em seguida, os gestores responsáveis deverão avaliar os acessos dos profissionais da empresa em relação às funcionalidades de suas respectivas áreas, de modo que os profissionais

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

possuam os perfis de acesso sempre condizentes com as funções que os mesmos desempenham na empresa.

Vale ressaltar, que faz-se necessário ao extrair a lista de usuários dos sistemas para posterior avaliação, a companhia assegurar a completude e integridade dos dados assegurando que não ocorreu extravios ou alterações nos dados.

7) Controle de mudanças de dados feitas diretamente no banco de dados

Ponto: Analisamos que a Alliar não possui controle formalizado sobre as mudanças ocorridas diretamente no banco de dados. Não existem controles formalizados para realização de testes na pré-implementação das mudanças diretas de dados e também de monitoramento pós-implementação destas alterações. Os bancos de dados das aplicações são administrados pelos fornecedores dos sistemas. Desta forma, uma solicitação de mudança de dados feita diretamente no banco de dados, deveria ser formalizada via chamado a estes fornecedores. Não havia como evidenciar se ocorreram ou não mudanças diretas de dados no período avaliado.

Risco: Mudanças diretas de dados são feitas sem autorização. Se trata de um risco mais elevado para os casos em que o uso rotineiro do procedimento de mudar dados diretamente no banco de dados é feito para o processamento de transações relevantes/materiais para as demonstrações financeiras.

Recomendação: Recomendamos que a Alliar possua um adequado procedimento de gerenciamento e administração de seu ambiente de dados, visando formalizar quaisquer demandas em que haja necessidade de modificações diretas em banco de dados. Além disto, sugerimos o devido monitoramento do procedimento visando assegurar que as informações estão de acordo com o solicitado e/ou permitido pela companhia.

(e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente

A Administração da Companhia concorda com o relatório do auditor sobre os controles internos relacionados ao período findo em 31 de dezembro de 2017. De acordo com a avaliação da Administração, as deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade de distorções de magnitude relevante que possam surgir nas demonstrações financeiras.

Os comentários e planos de ação são apresentados a seguir.

1) Reconhecimento de receita a faturar envolvendo o sistema Pleres e sua integração com o sistema Protheus

Plano de ação: A área de tecnologia da informação está desenvolvendo um projeto de integração entre os sistemas RIS (controle de exames) e ERP (contabilização) de forma que até o final de 2018 a contabilização de Receita seja feita de forma automática eliminando a necessidade de lançamentos manuais. Ademais, foi criada uma chave de identificação entre os exames efetuados (registrados no sistema Pleres) e suas respectivas emissões de notas fiscais (sistema Protheus), o que permitirá a conciliação dos saldos contábeis com os respectivos exames realizados.

Prazo: Dez/18

Resp: Tecnologia da Informação

2) Procedimentos de conciliação entre os módulos financeiros e contábeis

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Ações Implementadas: Em 2017 a companhia promoveu uma revisão dos processos de controles internos que resultou em mudanças nos processos de conciliação de contas a receber, contas a pagar, apuração de impostos e instrumentos financeiros que como consequência culminaram no ajuste do saldo contábil dessas contas (principalmente saldo de recebíveis) no 4º Trimestre de 2017.

Para 2018 o novo processo de conciliações passa a ser efetuado a cada trimestre como parte da rotina de fechamento contábil e elaboração das DFs.

Resp: Contabilidade / Financeiro

3) Procedimentos de conciliação do ativo imobilizado

Plano de ação: A companhia passou a realizar a conciliação mensal e tempestiva entre relatórios extra-contábeis (relatório patrimonial) e o razão contábil.

Outras ações estão sendo realizadas tais como: revisão do cadastro de produtos disponíveis para a entrada das notas fiscais de aquisição de imobilizado e a avaliação junto ao fornecedor do ERP das alternativas para a automatização das entradas das notas fiscais de aquisição de ativo imobilizado.

Prazo: Dez/18

Resp: Contabilidade / T.I

4) Adequação do porte e a necessidade de desenvolver competências da equipe responsável pela contabilidade e pela elaboração de demonstrações financeiras

Plano de ação: A Companhia promoveu relevantes reforços nas posições mais relevantes da área financeira trazendo profissionais com experiência para evoluir em sua gestão financeira e endereçar os pontos de melhoria de controles internos apontados. A Gerência Contábil está implantando um plano de desenvolvimento da equipe para o segundo semestre de 2018 visando seu aprimoramento. A companhia também está reavaliando o dimensionamento da equipe contábil.

Prazo: Dez/18

Resp: Diretoria Financeira

5) Deficiência no procedimento de concessão de acessos no 0800net (Sistemas Protheus e Vetorh)

Plano de ação:

A Companhia está implementando uma nova ferramenta para controle do fluxo e da gestão dos acessos aos sistemas com previsão de homologação a partir de setembro de 2018. Tal ferramenta será aplicada para todas as entidades da Companhia e funcionará por meio do sistema Ellevo da seguinte forma:

- a) Contratação: toda vez que houver a contratação de um novo colaborador cujo cargo requeira acesso aos sistemas a área de recursos humanos enviará o nome do colaborador para que a área de TI implemente no Ellevo. O Ellevo enviará uma solicitação para que o gestor do colaborador contratado aprove o seu acesso aos sistemas. Todo este fluxo ficará registrado no Ellevo;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

b) Desligamento: toda vez que houver o desligamento de um colaborador que tenha acesso aos sistemas a área de recursos humanos enviará o nome do colaborador para que a área de TI registre no Ellevo a solicitação de cancelamento dos acessos de tal colaborador aos sistemas e efetue tais cancelamentos. Todo este fluxo ficará registrado no Ellevo;

c) Rotina: Em paralelo, a partir de junho de 2018 haverá uma revisão mensal dos acessos por meio da extração de toda a base de usuários dos sistemas e disponibilização desta lista para revisão e confirmação dos respectivos gestores das áreas.

Prazo: Set/18

Resp: T.I / R.H

6) Ausência de controle de revalidação periódica

Plano de ação:

Conforme informado no item acima, a partir de junho de 2018 haverá uma rotina de revisão mensal dos acessos por meio da extração de toda a base de usuários aos sistemas e disponibilização desta lista para revisão e confirmação dos respectivos gestores das áreas.

Prazo: Junho/18

Resp: T.I

7) Controle de mudanças de dados feitas diretamente no banco de dados

Plano de ação:

Para o sistema Pleres todo item que envolve o banco de dados e registro em tickets específicos chamados "DEV" é aprovado pela equipe de operações da Companhia que responde pelo sistema.

Para o sistema Protheus devido a modalidade de contratação junto a Totvs a Companhia não tem permissão para realizar nenhum tipo de manipulação de dados via banco e as manutenções são realizadas diretamente pela Totvs. Todas as demandas internas junto a equipe da Totvs são registradas via chamados na própria ferramenta de suporte da Totvs, o que permite o seu controle.

Para o sistema Vetorh os procedimentos são internos e já foi implementada uma rotina de registro dos chamados que possibilita o controle das evidências das demandas para manutenção via banco de dados.

O sistema Xclinic não se encontra mais em uso, portanto não será aplicada nenhuma ação para adequação de processo.

Não é recomendado e nem aplicado nenhum tipo de alteração/manipulação de dados em nossos sistemas diretamente em seus bancos de dados, portanto o departamento de TI assegura que são evidenciadas ações relacionadas especificamente a manutenções das bases de dados, nos registros de tickets junto a seus fornecedores e nos logs sempre que possível.

Prazo: Abril/18

Resp: T.I

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A administração também elaborou plano de ação para as deficiências constantes do relatório de 2017:

1) Necessidade de treinamento e atualização do staff

Ações Implementadas: A Companhia promoveu relevantes reforços nas posições mais relevantes da área financeira trazendo profissionais com experiência para evoluir em sua gestão financeira e endereçar os pontos de melhoria de controles internos apontados. Ao longo de 2017 aconteceram as seguintes contratações para as principais posições de liderança da área de finanças: (i) em fevereiro de 2017, o Sr. Tiago Wilke Gerente de Controladoria com mais de 12 (doze) anos de experiência em empresas de grande porte, sendo 6 (seis) destes, em empresas multinacionais de auditoria externa, com MBA em Finanças e ampla experiência em IFRS; (ii) em abril de 2017, o Sr. Rafael Neto Gerente Contábil com mais de 11 anos de experiência na área contábil com experiência em uma das maiores construtoras do país, com MBA em Finanças e ampla experiência em IFRS e; (iii) em agosto de 2017, o Sr. Frederico de Aguiar Oldani para a posição de CFO. O Sr. Frederico foi Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Cia. Hering por 8 (oito) anos e atuou como tesoureiro da AmBev, bem como gestor de riscos do grupo Telefônica. Sr. Frederico é formado em administração de empresas e pós-graduado em finanças.

2) Revisão dos lançamentos contábeis manuais e documentação de transações não usuais

Ações Implementadas:

Com base no relatório de recomendação dos auditores externos bem como na análise realizada pelas novas lideranças da área financeira foram implementadas diversas melhorias nos processos de lançamentos contábeis manuais e transações não usuais das quais destacamos:

Reconhecimento de Receita: Foi implantado um processo mensal de revisão e validação formal da Receita contabilizada pela Companhia em cada uma de suas entidades pela Gerência de Planejamento Financeiro. Em paralelo, a área de tecnologia da informação está desenvolvendo um projeto de integração entre os sistemas RIS (controle de exames) e ERP (contabilização) de forma que até o final de 2018 a contabilização de Receita seja feita de forma automática eliminando a necessidade de lançamentos manuais.

Honorários médicos: Foi implantado um processo mensal de revisão e validação formal dos custos de honorários médicos da Companhia em cada uma de suas entidades pela Gerência de Planejamento Financeiro. Em paralelo, foi desenvolvido dentro do RIS um modulo de cálculo de honorários médicos que está em fase de homologação pela Companhia e posteriormente será implementado em todas as entidades de forma a automatizar as regras de apuração em uma única base e realizar lançamento contábil de forma automática no ERP.

Operações Financeiras: No 4º Trimestre de 2017 a Companhia adquiriu um sistema de controle e gestão de operações financeiras (Gesplan) de modo a automatizar o controle, cálculos e lançamentos de transações traís como empréstimos e financiamentos, operações com derivativos, contas a pagar de aquisições de empresas e aplicações financeiras. O sistema será utilizado para apuração de encargos financeiros, variação cambial, bem como gerenciamento do fluxo de caixa da Companhia, e eliminará quaisquer cálculos e lançamentos contábeis manuais para esse tipo de operação.

Combinação de negócios – O processo de contabilização da combinação de negócios foi alterado de forma que para as eventuais novas aquisições os laudos de avaliação, apurações de ágio, mais valia de ativos e contingências passem pela revisão e validação formal do Gerente Contábil, Gerente de Controladoria e o CFO.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- 3) Formalização dos controles internos da companhia

Ações Implementadas:

Em adição aos pontos mencionados no item 2 acima que tratam da efetiva revisão e formalização dos controles para determinados tipos de operações, a companhia promoveu em 2017 uma revisão dos processos de controles internos que resultou em mudanças nos processos de conciliação de contas a receber, contas a pagar, apuração de impostos e instrumentos financeiros; que como consequência culminaram no ajuste do saldo contábil dessas contas (principalmente saldo de recebíveis) no 4º Trimestre de 2017. No 1º Trimestre de 2018 foi criada uma nova gerência dentro da diretoria financeira com o objetivo de acompanhar todo o processo de faturamento, recebimento e controle de glosas de forma a reduzir perdas de receita (exames não faturados, glosas e PDD).

Adicionalmente, a Companhia implantou no 4º trimestre de 2016 um sistema de gestão de fluxo de processos (Fluig) com o objetivo de documentar os fluxos de aprovações envolvendo diversas naturezas de operações tais como emissão de notas fiscais, solicitação de compras, solicitações de admissão, demissão, solicitações de viagens e contratações de obrigações com terceiros.

- 4) Análise de *impairment*

Ações Implementadas: A Companhia revisou o modelo de testes de *impairment* para saldos de IR diferido e ágios em combinação de negócios endereçando as recomendações do auditor externo, conforme carta de controles internos de 2017, dentre elas adoção de técnicas de *valuation* necessárias, revisão de cálculos matemáticos para estimativa de capital de giro e revisão dos saldos de ativos e passivos não operacionais do balanço patrimonial considerados no cálculo."

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

d. Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor

A Companhia adota, entre outros procedimentos:

1. **Política de Integridade**. A Companhia possui, desde novembro de 2013, um Código de Ética e Conduta que serve como guia prático de conduta pessoal e profissional, a ser utilizado por todos os colaboradores da Companhia e de suas controladas em suas interações e decisões diárias no exercício de suas atribuições. O Código de Ética e Conduta da Companhia contempla diversas políticas: de seleção e contratação de funcionários; de presentes, hospedagem, entretenimento, viagens e despesas; de patrocínio; de doações ou contribuições políticas; de doações de caridade; de pagamentos de facilitação; de registros contábeis e financeiros; de prevenção de fraudes, colusão e coação; de prevenção à lavagem de dinheiro; de relações com concorrentes (normas antitruste); e de *due diligence* de terceiros (parceiros comerciais, prestadores de serviços, fornecedores, agentes, procuradores, despachantes, representantes comerciais, distribuidores, consultores, empreiteiros e quaisquer outros terceiros que representem a Companhia). Todas as pessoas ligadas à Companhia devem pautar a sua atuação em princípios éticos e nos valores estabelecidos no Código de Ética e Conduta, que refletem um padrão comportamental irrepreensível. O Código de ética e Conduta está disponível no site da Companhia.
2. **Canal para denúncias (hotline)**: A Companhia possui desde o segundo semestre de 2016 canal de denúncia independente disponível através de número telefônico (*hotline*) que permite ao público realizar denúncias, tirar dúvidas ou fazer questionamentos com relação ao programa de *compliance* da Companhia. O canal de denúncias oferece a opção de recebimento de denúncias anônimas.
3. **Avaliação Mensal de Riscos**: A Companhia possui, desde 2012, um Comitê de Riscos e Compliance responsável pela avaliação e monitoramento dos riscos da Companhia. São atribuições do Comitê de Riscos e Compliance da Companhia, dentro outros, o monitoramento dos riscos jurídicos da Companhia e a revisão de cláusulas de compliance e anticorrupção a serem incluídas nos contratos celebrados pela Companhia.
4. **Relacionamento com Terceiros**. A Companhia adota práticas rígidas na negociação e administração de todas as atividades comerciais. Os parceiros de negócio e fornecedores da Companhia são respeitados e reconhecidos como importantes agentes entre os públicos de relacionamento com a Companhia. No processo de contratação, a Companhia evidencia as exigências para que todos os parceiros de negócio e fornecedores atendam à legislação vigente, com especial atenção para o cumprimento da legislação aplicável aos negócios da Companhia. De acordo com o Código de Ética e Conduta os colaboradores envolvidos no processo de seleção ou que se envolvam

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

pessoalmente com fornecedores devem procurar seus superiores imediatos para comunicar qualquer tipo de vínculo pessoal com empresas e/ou profissionais que prestem serviços à Companhia. Além disso, os colaboradores não podem receber pagamentos impróprios e doações de fornecedores em troca de concessão de vantagens comerciais ou benefícios, a não ser brindes corporativos compatíveis com boas práticas comerciais.

5. Monitoramento de Terceiros. De forma a proteger a Companhia em relação aos riscos decorrentes das leis anticorrupção por atos praticados por terceiros prestadores de serviço, os contratos celebrados com nossos parceiros de negócios possuem cláusulas anticorrupção que proíbem expressamente a prática de qualquer forma de suborno e corrupção. Além disso, as cláusulas de anticorrupção preveem o direito de a Companhia rescindir automaticamente o contrato celebrado, quando comprovada falha do terceiro em cumprir com tais cláusulas anticorrupção.
6. Relacionamento com Órgãos Públicos. A Companhia mantém o mais alto nível de integridade na relação com representantes do governo e seus colaboradores são orientados a (i) não dar ou receber qualquer tipo de pagamento, seja em dinheiro, presentes, serviços ou qualquer benefício de valor com o objetivo de suborno ou tratamento especial; (ii) cumprir a legislação e não executar qualquer ação que viole as leis e regulamentos vigentes; (iii) manter um relacionamento ético, transparente e de credibilidade com os órgãos governamentais; e (iv) comprometer-se a seguir as regras estabelecidas pela Lei nº 12.846/2013, devendo sempre basear-se na transparência e nos princípios do Código de Conduta e Ética da Companhia.
7. Comitê de Ética. A Companhia possui um Comitê de Ética que será convocado na medida em que houver necessidade (convocação por demanda). Tal comitê é composto por representantes da Diretoria e das áreas de Recursos Humanos e Jurídica, sendo responsável por avaliar e decidir sobre casos de violação ao Código de Ética e Conduta.
8. Comitê de Risco e Compliance. A Companhia possui, desde 2012, um Comitê não estatutário de Riscos e Compliance, responsável pela avaliação e monitoramento dos riscos da Companhia. O Comitê é composto por um representante do departamento jurídico, pelo diretor financeiro e por um consultor de riscos externo, que reportam-se diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. Os membros deste Comitê devem se reunir mensalmente para acompanhamento de riscos, sendo que a cada reunião um relatório sumário dos assuntos tratados deve ser gerado. As atribuições do Comitê de Riscos e Compliance estão descritas no item 3 acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas no último exercício social em relação aos principais riscos que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

No período base de análise iniciado no ano de 2015 até 31 de dezembro de 2017, a Companhia vem apresentando um crescimento elevado (CAGR de 24% de receita líquida no período), fruto da estratégia de expansão e consolidação traçada e executada desde a concepção da Alliar no ano de 2011.

Esse crescimento pode ser observado na evolução da receita líquida da Companhia, partindo de R\$ 699,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.077,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. A Diretoria ressalta que essa evolução na receita líquida é decorrente tanto do crescimento orgânico com abertura de novas unidades de atendimento e instalação de novos equipamentos de diagnóstico por imagem em unidades existentes (principalmente equipamentos de Ressonância Magnética, especialidade que representou 37% da receita da Companhia em 2017), quanto das aquisições de empresas realizadas entre o início do ano de 2014 até 31 de dezembro de 2016.

Diante desse cenário, em 31 de dezembro de 2015 a companhia contava com 105 unidades de atendimento, 113 em 31 de dezembro de 2016 e 118 em 31 de dezembro 2017. O número de equipamentos de Ressonância Magnética, um dos principais drivers do setor, também apresentou um crescimento considerável: em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía 98 máquinas instaladas, 116 equipamentos em 31 de dezembro de 2016 e 122 equipamentos em 31 de dezembro de 2017, o que coloca a Companhia como segunda maior no segmento de diagnóstico por imagem em número de equipamentos de Ressonância Magnética, conforme o CNES.

Como entre 01 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou algumas aquisições, os números contábeis dos anos das aquisições refletem apenas o resultado do período pós-aquisição.

Em 14 de novembro de 2014, ocorreu a fusão (aquisição com pagamento em ações de emissão da Companhia) do Centro de Diagnósticos Brasil – (“CDB”), nome fantasia da TJK Participações em Saúde S.A., fato que provocou a maior parte do crescimento de 78,0% da receita da Companhia entre 2014 e 2015.

Durante o primeiro semestre de 2016, a Companhia incorporou o Grupo Delfin (Delfpar S.A., Delfin Imagem S.A. e Clínica Delfin Gonzalez Miranda S.A.), somando 25 aquisições até então. A conclusão desta aquisição ocorreu em 10 de março de 2016, o que significa que os números contábeis referentes ao resultado de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 contemplam somente 3 meses e 21 dias do resultado do Grupo Delfin.

Já no primeiro semestre de 2017, a Companhia concluiu a aquisição de Radiologistas Associados Ltda. (“Multiscan”) superando assim 25 aquisições desde a formação da Companhia em 2011. A conclusão desta aquisição ocorreu março de 2017, o que significa que os números contábeis referentes ao resultado de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 contemplam somente 2 meses do resultado de Multiscan.

O lucro bruto da Companhia, composto pelo valor das receitas líquidas subtraídos pelos custos dos serviços prestados, aumentou de R\$ 277,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 e de R\$ 360,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$ 321,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um CAGR de 8%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Com base no comprovado ritmo de crescimento da receita proveniente da estratégia de expansão adotada nos últimos anos, somado à expectativa da administração de crescimento do mercado de saúde suplementar brasileiro, a Diretoria acredita que a Companhia possui todas as condições financeiras e patrimoniais necessárias para continuar entregando o seu plano de negócios.

Além disso, a Companhia espera que haja um aumento na demanda por seus serviços, devido à progressão esperada na curva de envelhecimento da população e pelo aumento da adesão a planos de saúde pela população.

Maiores informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no seu Earnings Release referente aos resultados de 2017, que descreve o cálculo do EBITDA e EBITDA ajustado.

b. Estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é adequada para atender as demandas e necessidades da operação e continuar executando seu plano de crescimento, primariamente através de expansão orgânica e eventualmente com novas aquisições ou parcerias.

Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido da companhia era de R\$ 733,0 milhões, em 31 de dezembro de 2016 passou para R\$ 1.211,9 milhão e em 31 de dezembro de 2017 alcançou R\$ 1.219,5 milhão , refletindo, dentre outros, a aquisição de Multiscan, em março de 2017 e a emissão de ações feita para honrar a conversão de dívida, pelo IFC - International Finance Corporation ("IFC"), em ações da Companhia (aprox. R\$35 milhões), a qual ocorreu em Maio de 2017).

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
Capital de Terceiros	1.014.729	954.372	803.352
(Passivo Circulante			
+			
Capital de Terceiros a Longo Prazo			
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	1.219.461	1.211.935	733.000
Capital Total (Terceiros + Próprio)	2.234.190	2.166.312	1.536.352
Capital de Terceiros/Capital Total	45,4%	36,9%	43,9%
Capital Próprio/Capital			
Total	54,6%	63,1%	56,1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Total

Em 31 de dezembro de 2017, a participação de terceiros representava 45,4% do passivo total da Companhia, refletindo os investimentos em crescimento orgânico, aquisições e instalações de novos equipamentos em unidades existentes.

A Diretoria entende que aprimorou sua estrutura de capital com a abertura de capital (realizada em 2016) e com a emissão de sua 1ª Debentures simples (concluída em 2017) e espera para 2018 reduzir significativamente seu nível de endividamento atual (de aprox. 2,7x Dívida Líquida/EBITDA ajustado em 31/Dez/2017).

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para realizar os investimentos em ativos não-circulantes e no capital de giro, a Companhia se utiliza da própria geração de caixa operacional e de financiamentos de terceiros, conforme descritos no item (f) abaixo.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria acredita que a geração de caixa operacional, somada à possibilidade de captação de recursos de terceiros e de emissão de novas ações, suportam a eventual necessidade de recursos para o financiamento do capital de giro e para a realização de investimentos em ativos não-circulantes, como expansão orgânica, compra equipamentos e eventualmente novas aquisições.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i./ii. Contratos de empréstimos e financiamentos e outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Diretoria da Companhia acredita que a evolução do endividamento ao longo dos últimos anos refletiu a sua estratégia de negócios focada no crescimento acelerado através da expansão orgânica e através de fusões e aquisições.

A tabela abaixo mostra a evolução do endividamento por ano:

Empréstimos (em R\$ milhares)	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos e Debêntures	167.044	202.830	79.654
Instrumento financeiro derivativo	1.260	25.549	-
Total do endividamento circulante	168.304	228.379	79.654

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos	432.208	302.817	385.790
Instrumento financeiro derivativo	-	13.101	-
Total do endividamento não circulante	432.208	315.918	385.790
Total do endividamento	600.512	544.297	465.444

A principal fonte de receita da Companhia, desde a sua fundação, são exames de diagnósticos por imagem. Para sua realização são necessários equipamentos com alta tecnologia empregada, os quais, até a metade do ano de 2014, eram fabricados, na sua maioria, em outros países não sendo possível realizar o financiamento via bancos de fomento nacionais.

Neste período a Companhia buscou financiar parte de seus equipamentos com bancos internacionais, como o IFC e o KfW Development Bank ("KfW"). O contrato de empréstimo com o IFC assinado em 2 de maio de 2013 e com data de vencimento final em 15 de maio de 2020, era inicialmente composto por uma parcela atrelada ao dólar, a qual já foi convertida em ações ordinárias da Companhia (cfme item 10.1 – b) e uma parcela contabilizada em reais, no valor principal equivalente a R\$ 59,1 milhões em 31.12.2017. Referido contrato tem como garantia o penhor das quotas de determinadas empresas controladas pela Companhia.

O contrato com o KfW previa uma linha de crédito no valor de US\$ 22,5 milhões, com vencimento final em 30 de março de 2022. Este contrato tinha como garantia os equipamentos Siemens adquiridos com o financiamento. O saldo devedor com o KfW foi quitado de forma antecipada em outubro de 2017. A partir de 2014 as empresas fabricantes de máquinas para realização de exames de imagem passaram a nacionalizar sua produção e, com isso, tornou-se possível o financiamento por intermédio de bancos de fomento nacionais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG.

Abaixo, seguem as principais características dos demais empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia:

Em outubro de 2017, a Companhia concluiu a captação de recursos no valor de R\$ 270 milhões através de emissão debêntures simples, não conversíveis, objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), sob o regime de garantia firme de colocação.

A emissão das debêntures foi realizada em duas séries: 1ª série no valor de R\$ 168,5 milhões com vencimento em 3 anos remunerado a 116% do CDI; 2ª série no valor de R\$ 101,5 milhões com vencimento em 5 anos remunerado a 118% do CDI.

	Valor Emissão (R\$)	Quantidade	Vencimento Final	Juros semestrais	Total emitido
1ª Série	10.000	16.850	set/20	116% do CDI	168.500
2ª Série	10.000	10.150	set/22	118% do CDI	101.500

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No dia 3 de agosto de 2017 foram emitidas notas promissórias no valor total de R\$ 25 milhões, sendo estas divididas em 8 séries com vencimentos em parcelas únicas. Os títulos tem como indexador CDI acrescido de 2% a.a.

	Valor Emissão (R\$)	Quantidade	Vencimento Final	Taxa	Total emitido
1ª Série	37.500	20	Nov/2017	CDI + 2,0% a.a.	750
2ª Série	35.000	20	Jan/2018	CDI + 2,0% a.a.	700
3ª Série	32.500	20	Abr/2018	CDI + 2,0% a.a.	650
4ª Série	255.000	20	Jul/2018	CDI + 2,0% a.a.	5.100
5ª Série	240.000	20	Out/2018	CDI + 2,0% a.a.	4.800
6ª Série	225.000	20	Jan/2019	CDI + 2,0% a.a.	4.500
7ª Série	215.000	20	Abr/2019	CDI + 2,0% a.a.	4.300
8ª Série	210.000	20	Jul/2019	CDI + 2,0% a.a.	4.200

Linha de crédito, concedida pelo BNDES, destinada a implantação das unidades da beneficiária, mediante a aquisição de equipamentos. Até o dia 31 de dezembro de 2017, foram captados R\$44,0 milhões, divididos em subcréditos. O contrato possui carência de 24 meses, a amortização de 60 parcelas mensais, a primeira liberação iniciou-se em 18 de abril de 2017 e o término do contrato será em 15 de julho de 2024. A taxa de juros varia entre Selic acrescida de 2,1% a.a. e TJLP acrescida de 1,7% a.a., a depender dos subcréditos.

Cédula de Crédito Bancário emitida em favor do Banco Votorantim, em 4 de setembro de 2015, no valor total de R\$10,0 milhões, e tem como indexador CDI acrescido de 2,8% a.a. O período de amortização é de três anos, em parcelas trimestrais, com vencimento em 04 de setembro de 2018. Os recursos foram destinados para capital de giro da Companhia.

Cédula de Crédito Bancário emitida em favor do Banco Votorantim, em 07 de abril de 2016, no valor total de R\$ 14,9 milhões, e tem como indexador CDI acrescido de spread de 4,0% a.a.. O período de amortização é de três anos, em parcelas mensais, com vencimento em 08 de abril de 2019. Os recursos foram destinados para capital de giro da Companhia.

Empréstimo concedido pelo Banco Santander, no valor total de US\$5,2 milhões, com a taxa de juros pré-fixada em 5,3% a.a.. A Companhia contratou swap, indexado em CDI acrescido de 3,66% a.a. O período de amortização é de três anos, em parcelas trimestrais. Os recursos foram destinados para capital de giro.

Cédula de crédito bancário firmada entre a controlada TKS e o Banco Santander, em 26 de julho de 2017, no valor total de R\$25 milhões, tem como indexador o CDI acrescido de 2,6% a.a., amortização de juros semestral e vencimento para 26 de julho de 2018. Os recursos foram destinados para capital de giro da controlada.

Contrato de financiamento FINAME concedido pelo BNDES, por meio do Banco BDMG. O financiamento destina-se a implantação das unidades da beneficiária, mediante a aquisição dos equipamentos. Até o dia 31 de dezembro de 2017, foram captados R\$33,4 milhões, divididos em subcréditos. Na controladora, foram liberados R\$355,2 mil divididos em 2 (dois) subcréditos, em 27 de julho de 2016, com 12 meses de carência e amortização em 48 parcelas mensais. O custo varia entre Selic acrescida de 5,7% a.a. e TJLP acrescida de 5,3% a.a., a depender dos subcréditos. Na

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

controlada TKS, foram liberados R\$729 mil e R\$118,4 mil, em dois contratos de financiamentos, em 21 de junho de 2016 e 11 de agosto de 2016, respectivamente. A taxa de juros varia entre Selic acrescida de 5,48%/5,7% a.a. e TJLP acrescida de 5,0%/5,3% a.a.. Na controlada RBD (PPP), foram contratados 04 (quatro) financiamentos, com as seguintes características:

Data Início	Vencimento Final	Valores Liberados (R\$ mil)	Taxa
09/12/2015	15/08/2023	7.016	Pré: 9,5%a.a. / Selic+5,7%a.a. / Selic+5,44%a.a.
12/04/2016	15/12/2023	22.369	Pré: 9,5% a.a. / Selic + 5,8% a.a.
04/09/2017	15/06/2022	1.978	Selic + 6,02% a.a. / TJLP + 5,74% a.a.
26/12/2017	15/09/2023	793	Selic + 6,12% a.a. / TJLP + 5,84% a.a.

Cédula de crédito bancário firmada entre a controlada RBD (PPP) e o Banco Santander, em 25 de abril de 2017, no valor total de R\$20 milhões, tem como indexador o CDI acrescido de 2,55%a.a., O período de amortização é de três anos, em parcelas semestrais, com vencimento em 27 de abril de 2020. Os recursos foram destinados para capital de giro da controlada.

Cédula de crédito bancário firmada entre a controlada RBD (PPP) e o Banco Santander, em 19 de julho de 2017, no valor total de R\$5 milhões, tem como indexador o CDI acrescido de 2,6%a.a., amortização de juros semestral e vencimento para 20 de julho de 2018. Os recursos foram destinados para capital de giro da controlada.

Em 27 de julho de 2017, a controlada RBD (PPP) e o Bank of America Merrill Lynch firmaram uma Cédula de crédito bancário no valor de R\$2 milhões, destinada para o capital de giro. O vencimento da-se em 27 de julho de 2018, com taxa de juros de 114,75% do CDI.

Em 24 de outubro de 2017, a controlada RBD (PPP) e o Bank of America Merrill Lynch firmaram uma Cédula de crédito bancário no valor de R\$4 milhões, destinada para o capital de giro, com vencimento em 24 de outubro de 2018, com taxa de juros de 116,5% do CDI.

Em 15 de junho de 2016, a controlada Clínica Delfin celebrou um novo contrato de financiamento em moeda nacional junto ao Banco Santander no montante de R\$ 8,0 milhões para financiamento do capital de giro com juros pré-fixados de 4,53% a.a. mais a variação do CDI. Esse contrato de empréstimo determina pagamentos mensais a partir de 15 de janeiro de 2017 e término em 15 de junho de 2019.

Foram emitidas 50 debêntures com valor unitário de R\$1.000.000 (hum milhão de reais) cada, totalizando R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais). O prazo das Debêntures é de 5 (cinco) anos a contar da data de emissão de 15 de julho de 2013, com vencimento em 8 de julho de 2018. As Debêntures fazem jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI, acrescida de sobretaxa equivalente a 2,73% ao ano.

Cédula de crédito bancário firmada entre a controlada Delfin e o Banco Santander, em 28 de setembro de 2017, no valor total de R\$25 milhões, tem como indexador o CDI acrescido de 2,37%a.a., amortização de juros trimestral e vencimento para 27 de Março de 2018. Em 26 de dezembro de 2017 foi quitado R\$13 milhões de forma antecipada. O recurso foi destinado para capital de giro da controlada.

Contrato de financiamento FINAME concedido pelo BNDES, por meio do Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”) e firmado com a controlada Clinica Delfin, o recurso foi destinada a implantação das

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

unidades da beneficiária, mediante a aquisição de equipamentos. Foram liberados R\$3,6 milhões, com início em 29 de março de 2017 e vencimento previsto para 14 de fevereiro de 2022. O contrato possui carência de 12 meses, a amortização de 48 parcelas mensais com taxa de juros pré fixados em 10,59% a.a..

A Companhia detém um total de R\$21,3 milhões de dívidas contabilizadas em moeda estrangeira e, em contrapartida, um montante de R\$1,3 milhões de instrumentos derivativos (SWAP) referentes ao empréstimo de 4.131, resultando numa exposição cambial líquida de R\$13,5 milhões. Tal montante representa apenas 2,3% do endividamento da Companhia. Tais montantes foram calculados com base no dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2017, de R\$ 3,3080.

Em 19 de fevereiro de 2016, a Companhia realizou uma operação de captação via Lei 4.131 ao Banco Santander (Brasil) S.A. – Grand Cayman Branch, no valor de US\$ 25,2 milhões, com vencimento final em 6 de fevereiro de 2019. Esse empréstimo foi quitado em 17 de outubro de 2017 de forma antecipada.

Empréstimo concedido pelo Banco ABC Brasil, em 29 de abril de 2016, no valor total de US\$6,3 milhões. A Companhia contratou swap, com taxa de juros pré-fixada em 6,95% a.a. acrescidos de imposto de renda 25% reajustado. O período de amortização é de três anos, em parcelas semestrais. Os recursos foram destinados para capital de giro. Esse empréstimo foi quitado em 17 de outubro de 2017 de forma antecipada.

Empréstimo concedido pelo Banco Santander, em 22 de fevereiro de 2016, no valor de US\$25,2 milhões. A Companhia contratou swap, com taxa de juros pré-fixada em CDI, acrescidos de spread de 5,8% a.a. O período de amortização é de três anos, em parcelas semestrais, com vencimento em 6 de fevereiro de 2019. Os recursos foram destinados para o capital de giro da Companhia. Esse empréstimo foi quitado em 17 de outubro de 2017 de forma antecipada.

Empréstimo concedido pelo Banco Itaú em 08 de setembro de 2015 no valor total de US\$ 10,7 milhões. A Companhia contratou swap, com a taxa de juros pré-fixada em CDI, acrescido de spread de 3,50% a.a. O período de amortização é de 42 meses, em parcelas semestrais. Os recursos foram destinados para capital de giro. Esse empréstimo foi quitado em 16 de outubro de 2017 de forma antecipada.

Linha de crédito concedida pelo Banco Itaú, em 29 de março de 2016, no valor total de US\$ 5,2 milhões. A Companhia contratou swap, com a taxa de juros pré-fixada de spread de 3,95% a.a. O período de amortização é de quatro anos, em parcelas semestrais. Os recursos foram destinados para capital de giro. Esse empréstimo foi quitado em 16 de outubro de 2017 de forma antecipada.

Cédula de Crédito Bancário emitida em favor do HSBC, em 03 de junho de 2016, no valor total de R\$ 20,0 milhões, e tem como indexador CDI acrescido de spread de 3,84% a.a.. O período de amortização é de dois anos, em parcelas mensais, com vencimento em 06 de maio de 2019. Os recursos são destinados para capital de giro. Esse empréstimo foi quitado em 17 de outubro de 2017 de forma antecipada.

Pelo fato de a Companhia ter linhas de crédito com bancos de fomento, é possível manter o perfil da dívida bastante concentrado no longo prazo. Em 31 de dezembro de 2017, 72% do endividamento da Companhia estava concentrado no longo prazo.

A tabela abaixo mostra o mapa do endividamento atual da Companhia, em 31 de dezembro de 2017:

31/12/2017

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em milhares de R\$

Moeda nacional

Leasing de máquinas e equipamentos	<u>4.750</u>
Capital de giro	<u>157.390</u>
FINAME	<u>116.373</u>
Nota promissória	<u>25.217</u>
Debêntures	<u>285.220</u>
(-) Custo de captação	<u>(11.006)</u>
Total em R\$	<u>577.944</u>

Moeda estrangeira USD

Leasing de máquinas e equipamentos	<u>5.231</u>
Capital de giro	<u>7.793</u>
Financiamento de equipamentos	<u>8.363</u>
(-) Custo de captação	<u>(79)</u>
Endividamento bruto em moeda estrangeira	<u>21.308</u>

Circulante

167.044

Não circulante

432.208

Em 31 de dezembro de 2017, o custo médio das dívidas em moeda nacional da Companhia era de CDI + 2,11% a.a., incluindo os instrumentos de proteção patrimonial contratados nas operações de 4131. As dívidas atreladas ao dólar apresentavam um custo médio de Libor + 4,06% a.a acrescidos da variação cambial.

iii grau de Subordinação

Cabe ressaltar que alguns contratos preveem garantias reais por parte da Companhia. Estas garantias são baseadas em cessões fiduciárias dos recebíveis de planos de saúde. Tal fato acontece com o contrato firmados com Santander de capital de giro, com o contrato de capital de giro firmado com o HSBC (quitado de forma antecipada em outubro de 2017) e nas debêntures contratadas pela Clínica Delfin.

Nestes contratos, a Companhia, titular dos recebíveis dos planos de saúde, transfere a titularidade dos referidos direitos creditórios a um terceiro, em garantia ao cumprimento de suas obrigações. Dessa forma, o terceiro garantido detém a propriedade resolúvel dos recebíveis, de modo que o inadimplemento da obrigação garantida acarreta a consolidação deles em seu patrimônio, podendo, inclusive, receber os respectivos pagamentos diretamente de seus devedores.

Os créditos fiduciariamente cedidos aos referidos credores correspondem aos valores na tabela abaixo:

CONVÊNIO	EMPRESA	RECEITA MENSAL (R\$)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

UNIMED-BH	AXIAL	3.015.188,00
UNIMED FESP	CDB	1.292.180,00
AMIL - GRUPO	CDB	7.182.316,00
SUL AMERICA	PLANI	1.245.888,00
POLICLIN	PLANI	253.795,00
MEDISERVICE	PLANI	237.955,00
AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA	AXIAL	222.286,00
VALE	AXIAL	197.234,00
UNIMED	PLANI	181.781,00

iv Covenants e Demais Restrições Contratuais

Dentre os contratos de financiamentos firmados com terceiros, alguns foram elaborados com cláusulas restritivas (covenants), conforme abaixo descritos:

IFC – A parcela do empréstimo remanescente com IFC, o qual é contabilizado em reais, apresenta os seguintes covenants: (i) índice de liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante) não inferior a 1,1; (ii) a dívida total sobre EBITDA não superior a 3,0; e (iii) um Historic Debt Service Coverage Ratio de pelo menos 1,3.

Debêntures – a Escritura de emissão de debêntures, apresenta o seguinte covenants: (I) índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser inferior a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes, não podendo ficar acima desse nível por dois trimestres consecutivos.

Existe ainda cláusulas de covenants nas debêntures contratadas pela Clínica Delfin, com índice (Dívida Líquida/EBITDA) máximo de 3,0x.

Além das restrições descritas acima, os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem outras restrições, tais como com relação a mudança de controle da Companhia e reorganizações societárias, observadas as ressalvas previstas em cada instrumento.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não cumpriu o índice de liquidez corrente (conforme item i acima), contudo, foi recebido da IFC International Finance Corporation (EUA) carta de renúncia “Waiver Current” na qual dispensa a responsabilidade da companhia em cumprir com as disposições da cláusula 6.01(o) do contrato de empréstimo acima, nessa data base.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Para os demais Covenants, a Companhia não estava inadimplente com as suas obrigações em tais contratos financeiros.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Adicionalmente às informações citadas no item 10.1.f, a Companhia, no período findo em 31 de dezembro 2017 possuía uma linha pré-aprovada com BNDES, nos valores de R\$ 150 milhões. A Companhia tem a possibilidade de utilizar essa linha ao longo do próximo ano. Até o exercício findo em 2017, R\$ 44 milhões deste limite havia sido utilizado. Além destas, existe um limite de conta garantida/LIS disponível em montante correspondente a R\$ 30,7 milhões.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia para os exercícios sociais findos em de 31 de Dezembro de 2017, 31 de Dezembro de 2016 e de 31 de Dezembro de 2015.

Descrição das Principais Linhas das Nossas Demonstrações de Resultado

Receita Bruta de Serviços

A receita bruta de serviços da Companhia é composta principalmente pelos serviços prestados de medicina diagnóstica e análises clínicas pagos por operadoras de planos de saúde, hospitais, empresas, clientes particulares e poder público.

Deduções

As deduções da receita bruta de serviços da Companhia são compostas pelos impostos sociais federais PIS e COFINS às alíquotas de 0,65% e 3,0% respectivamente e pelo ISS, um imposto municipal com alíquotas variando entre 2,0% e 5,0% de acordo com o município onde as unidades de atendimento da Alliar estão localizadas prestando os serviços de medicina diagnóstica e análises clínicas.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados da Companhia é composto basicamente por custos fixos inerentes as operações das unidades de atendimento e custos variáveis necessários para a realização dos diagnósticos por imagem e exames de análises clínicas.

Dentro dos principais custos fixos destacam-se os custos com funcionários responsáveis pelas operações das unidades de atendimento e pelo call center, o aluguel e custos das instalações como energia elétrica e água das mesmas unidades, a manutenção dos equipamentos médicos e os

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

serviços de terceiros, sendo esse último composto em sua maioria por serviços de limpeza e segurança das clínicas da Companhia.

Os custos variáveis para execução dos diagnósticos por imagem referem-se a honorários pagos aos médicos prestadores de serviço e materiais e medicamentos para execução dos exames de imagem e laudo médico. Para a realização dos exames de análises clínicas, a Companhia terceiriza toda operação de coleta, transporte e análise dos resultados a um laboratório de apoio que é remunerado por exame realizado, sendo, portanto, um custo variável.

Despesas gerais e administrativas

As principais despesas gerais e administrativas da Companhia são referentes a despesas com pessoal, serviços de auditoria, advogados, consultorias, aluguéis, despesas gerais das instalações das unidades administrativas, despesas comerciais e com propaganda e publicidade. Também estão sendo consideradas despesas com glosas e provisão para créditos de liquidação duvidosa em todos os períodos analisados.

Outras despesas, líquidas

Compõe outras despesas líquidas da Companhia principalmente o resultado líquido por baixa de ativos, despesas com viagens, impostos e taxas e provisões para contingências de possíveis ações judiciais das quais assessores jurídicos entendam como prováveis perdas.

Resultado em participação societária

Com a aquisição do Grupo Delfin em março de 2016, a Companhia passou a possuir participação societária não controladora em outra sociedade da qual o Grupo Delfin era acionista não controlador e, portanto, o resultado dessa sociedade está evidenciado na linha de Resultado em participação societária no demonstrativo de resultados dos exercícios a partir do 1º semestre de 2016.

Resultado financeiro

No resultado financeiro da Companhia estão registradas despesas financeiras com juros e encargos de empréstimos e financiamentos, taxas e fees de cartões de crédito e resultados líquidos da variação cambial sobre o endividamento em moeda estrangeira. As receitas financeiras decorrentes de rendimentos sobre aplicações financeiras do excedente de caixa da Companhia completam a constituição do resultado financeiro.

Comparação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CONTAS DE RESULTADO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2017	31.12.2016
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	1.077.876	951.470
Custo dos serviços prestados	(756.580)	(591.019)
LUCRO BRUTO	321.297	360.451
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(216.138)	(257.275)
Outras despesas, líquidas	(48.667)	(12.703)
Resultado em participação societária	13.846	10.139
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCIERO	70.338	46.878
RESULTADO FINANCIERO	(78.260)	(65.993)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(7.922)	34.619
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22.563	(5.852)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14.641	28.767

Receita líquida de Serviços

Apesar da Companhia caracterizar-se com pertencente a um segmento único, para análise do crescimento da receita líquida de serviços da Companhia, a Diretoria acredita ser útil a segregação entre a receita de diagnóstico por imagem e análises clínicas conforme tabela abaixo:

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2017	31.12.2016
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	1.124.300	956.900
Diagnósticos por Imagem	974.500	842.490

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Análises Clínicas	149.700	114.385
Rec. Construção	38.500	64.100
Deduções	(84.900)	(69.512)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	1.077.900	951.500

Em 2017, a receita bruta da Companhia aumentou 14%, passando de R\$ 1.021,0 milhões para R\$ 1.162,8 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2017. A receita de serviços de diagnóstico por imagem aumentou 16% de R\$ 842,5 milhões em 2016 para R\$ 974,5 milhões em 2017.

Tal variação deveu-se, principalmente, pelas iniciativas presentes no plano de expansão da Companhia, como o crescimento de volume em unidades existentes, maturação de novos equipamentos instalados em unidades existentes, reajustes de preços, novos credenciamentos de procedimentos e convênios e maturação de novas unidades inauguradas ao longo do período.

A receita de análises clínicas cresceu cerca de 31%, de R\$ 114,4 milhões no período de 2016 para R\$ 149,7 milhões em 2017, sendo quase toda gerada em São Paulo através da marca CDB, onde a oferta do serviço já ocorre há muitos anos, podendo ser considerada ‘madura’. Para este segmento, a Diretoria ressalta o plano de expansão da oferta de análises clínicas nas unidades exclusivas de diagnóstico por imagem, que hoje seguem sendo a maioria. O objetivo desse plano é replicar o modelo presente nas unidades localizadas na cidade de São Paulo, e Belém para outras unidades da Companhia, aproveitando toda estrutura instalada e obtendo assim uma diluição de custos fixos.

Deduções

Como percentual de receita bruta, as deduções da Companhia cresceram 22% em 2017, de R\$ 69,5 milhões no exercício findo em 2016 para R\$ 85,0 milhões, refletindo um crescimento maior do que o crescimento da receita bruta.

Receita líquida

A receita líquida da companhia cresceu 13%, de R\$ 951,5 milhões em 2016 para R\$ 1.077,9 milhões em 2017. A Diretoria ressalta que este crescimento é similar ao da receita bruta.

Custo dos serviços prestados

A composição do custo dos serviços prestados da Companhia pode ser observada na tabela abaixo:

Custo dos Serviços Prestados (Em milhares de reais - R\$)	31.12.2017	31.12.2016
Honorários médicos	(187.000)	(163.000))

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Pessoal	(186.600)	(158.800)
Insumos e laboratórios de apoio	(138.900)	(121.900)
Manutenção	(29.300)	(24.100)
Ocupação	(70.200)	(53.700)
Serviços de terceiros	(37.100)	(28.600)
Depreciação e amortização	(71.100)	(66.300)
Custo de Construção	(36.300)	(60.500)
Total	(756.600)	(676.900)

O custo dos serviços prestados pela Companhia em 2017 foi de R\$ 756,6 milhões, representando um aumento de 12% em relação aos R\$ 676,9 milhões de 2016, e inferior ao crescimento de receita bruta do período.

As principais variações ocorreram na linha de pessoal, houve um aumento correspondente a 17% passando de R\$ 158,8 milhões para R\$ 186,6 milhões ao final de 2017.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia decresceu 11%, de R\$ 360,5 milhões para R\$ 321,3 milhões no exercício de 2017, principalmente em função de reclassificação entre contas e despesas realizadas (em 2016 algumas contas de custos eram alocadas em despesas, isso foi reclassificado em 2017). A Companhia entende que a estrutura de custos e despesas de 2017 é a que reflete a sua situação real.

(Despesas) Receitas operacionais

A composição das Despesas e Receitas operacionais da Companhia e sua evolução pode ser observada na tabela abaixo:

(Despesas) Receitas operacionais (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2017	31.12.2016
Despesas gerais e administrativas	(216.138)	(257.275)
Outras despesas, líquidas	(48.667)	(12.703)
Resultado em participação societária	13.846	10.139
Total	(250.959)	(259.839)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas gerais e administrativas da Companhia foram reduzidas em 3,5% de R\$ 259,8 milhões para R\$ 251,0 milhões em 2017, tendo como principal motivo a reclassificação de custos e despesas realizadas em 2017, de forma a refletir mais adequadamente o critério conceitual correspondente de custos e de despesas, conforme o caso.

Outras despesas líquidas cresceram R\$ 36,0 milhões, de uma despesas de R\$ 12,7 milhão no período anterior para uma despesa R\$ 48,7 milhões em 2017.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia foi de R\$ 70,4 milhões em 2017, com uma redução de 30% em relação a 2016, que foi de R\$ 100,6 milhões, devido ao crescimento de R\$ 36,0 milhões de outras despesas líquidas em função do impacto líquido de R\$ 45,2 milhões no 4T17, compostos pela baixa de R\$ 49,5 Milhões de contas a receber, parcialmente compensado por R\$ 4,2 milhões de ganhos em outras conciliações contábeis .

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido da Companhia em 2017 foi negativo em R\$ 78,3 milhões, apresentando uma redução em relação ao mesmo período do ano anterior no qual a companhia registrou uma despesa financeira líquida de R\$ R\$ 66,0 milhões

A redução reflete principalmente o maior endividamento líquido e também despesas não - recorrentes para o pré-pagamento de dívidas (realizado no 4T17).

Lucro (Prejuízo) operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social

Em 2017, a Companhia registrou um lucro antes do imposto de renda de R\$ -7,9 milhões, frente a lucro de R\$ 34,6 milhões em 2015, principalmente em função da redução no resultado financeiro explicado anteriormente e também de uma base maior de depreciação e amortização.

Maiores informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no Earnings Release que comenta os resultados de 2017 e que descreve o cálculo do EBITDA e EBITDA ajustado.

Imposto de renda e contribuição social

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia reduziu de R\$ -5,9 milhões em 2016 para um registro positivo de R\$ 22,6 milhões em 2017, principalmente devido a constituição de créditos fiscais em 2017.

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 14,6 milhões em contrapartida a um lucro de R\$ 28,7 milhões em 2016, reflexo das baixas contábeis realizadas no período, do resultado financeiro não recorrente e da maior estrutura de custos e despesas necessárias para arcar com o forte ritmo de expansão realizado em 2017.

Comparação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

CONTAS DE RESULTADO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2016	31.12.2015
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	951.470	699.664
Custo dos serviços prestados	(591.019)	(422.180)
LUCRO BRUTO	360.451	277.484
 (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(257.275)	(183.152)
Outras despesas, líquidas	(12.703)	14.406
Resultado em participação societária	10.139	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	100.612	108.738
 RESULTADO FINANCEIRO	(65.993)	(101.770)
 LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	34.619	6.968
 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(5.852)	(18.397)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 28.767 (11.429)

Receita líquida de Serviços

Apesar da Companhia caracterizar-se com pertencente a um segmento único, para análise do crescimento da receita líquida de serviços da Companhia, a Diretoria acredita ser útil a segregação entre a receita de diagnóstico por imagem e análises clínicas conforme tabela abaixo:

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2016	31.12.2015
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	956.875	737.118
Diagnósticos por Imagem	842.490	636.553
Análises Clínicas	114.385	100.565
Deduções	(69.512)	(46.040)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	887.363	691.078

Em 2016, a receita bruta da Companhia aumentou 37%, passando de R\$ 745,7 milhões para R\$ 1.021,0 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2016. Este período contém aproximadamente nove meses de receita do Grupo Delfin, empresa adquirida em Março de 2016.

A receita de serviços de diagnóstico por imagem aumentou 32% de R\$ 636,5 milhões para R\$ 842,5 milhões no mesmo período de 2016.

Tal variação deveu-se, principalmente, pelas iniciativas presentes no plano de expansão da Companhia, como o crescimento de volume em unidades existentes, maturação de novos equipamentos instalados em unidades existentes, reajustes de preços, novos credenciamentos de procedimentos e convênios e maturação de novas unidades inauguradas ao longo do período.

A receita de análises clínicas cresceu cerca de 14%, de R\$ 100,5 milhões no período de 2015 para R\$ 114,4 milhões em 2016, sendo quase toda gerada em São Paulo através do CDB. Para este segmento, a Diretoria ressalta o plano de expansão da oferta de análises clínicas nas unidades exclusivas de diagnóstico por imagem, que hoje são a maioria. O objetivo desse plano é replicar o modelo presente nas unidades localizadas na cidade de São Paulo, Belém e Bahia para outras unidades da Companhia, aproveitando toda estrutura instalada e obtendo assim uma diluição de custos fixos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Deduções

Como percentual de receita bruta, as deduções da Companhia cresceram 34,5% em 2016, de R\$ 46,0 milhões no exercício findo em 2015 para R\$ 69,5 milhões, refletindo um crescimento maior do que o crescimento da receita bruta.

Receita líquida

A receita líquida da companhia cresceu 36%, de R\$ 699,78 milhões em 2015 para R\$ 951,5 milhões em 2016. A Diretoria ressalta que este crescimento é similar ao da receita bruta.

Custo dos serviços prestados (pro forma)

A composição do custo dos serviços prestados da Companhia, em visão pro forma (que permite fácil comparação com índices de mercado como inflação, dissídio, entre outros), pode ser observada na tabela abaixo:

Custo dos Serviços Prestados (Em milhares de reais - R\$)	31.12.2016	31.12.2015
Honorários médicos	(166.060)	(152.548)
Pessoal	(122.169)	(121.016)
Insumos e laboratórios de apoio	(122.655)	(92.270)
Manutenção	(21.875)	(23.161)
Ocupação	(44.625)	(39.472)
Serviços de terceiros	(18.252)	(11.359)
Depreciação e amortização	(48.297)	(40.269)
Custo de Construção	(60.486)	(7.843)
Total	(604.417)	(487.938)

O custo dos serviços prestados pela Companhia em 2016 foi de R\$ 604,4 milhões, representando um aumento de 24% em relação aos R\$ 487,9 milhões de 2015, e inferior ao crescimento de receita bruta do período.

Na linha de honorários médicos, houve um aumento correspondente a 9% passando de R\$ 152,5 milhões para R\$ 166,1 milhões ao final de 2016.

Na linha de custo com pessoal é possível observar uma alta ligeira de 1%, de R\$ 121,0 milhões em 2015 para R\$ 122,2 milhões em 2016, resultado de iniciativas de ganho de eficiência operacional e do processo de orçamento base zero.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O custo com serviços de terceiros passou de R\$ 11,4 milhões em 2015 para R\$ 18,3 milhões em 2016.

A linha de insumos aumentou 33%, de R\$ 92,3 milhões para R\$ 122,7 milhões em 2016, por conta de alguns insumos de exames importados indexados ao dólar que estavam com reajuste represado desde 2015.

A linha de custos referentes a ocupação aumentou de R\$ 39,5 milhões em 2015 para R\$ 44,6 milhões em 2016, principalmente reflexo das aquisições realizadas e abertura de novas unidades.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia cresceu 30%, de R\$ 277,5 milhões para R\$ 360,5 milhões no exercício de 2016. Em percentual da receita líquida, a margem de lucro bruto apresentou redução de 180 bps.

(Despesas) Receitas operacionais

A composição das Despesas e Receitas operacionais da Companhia e sua evolução pode ser observada na tabela abaixo:

(Despesas) Receitas operacionais (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2016	31.12.2015
Despesas gerais e administrativas	(257.275)	(183.152)
Outras despesas, líquidas	(12.703)	14.406
Resultado em participação societária	10.139	-
Total	(259.839)	(168.746)

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 40% de R\$ 168,7 milhões para R\$ 259,8 milhões em 2016, tendo como principais motivos a incorporação da estrutura administrativa do Delfin a partir de março, o efeito de despesas para aquisição do Delfin.

Outras despesas cresceram R\$ 27,1 milhões, de uma receita de R\$ 14,4 milhão no período anterior para uma despesa R\$ 12,7 milhões em 2016, principalmente devido a uma receita não caixa de R\$ 13 milhões em 2015 advinda de um estorno de provisão contábil que estava no passivo da Companhia. O estorno é referente a um earn out que deveria ser pago a empresa UMDI adquirida em 2013 com base em uma meta de crescimento, e que não se concretizou.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia foi de R\$ 100,6 milhões em 2016, com uma redução de 7% em relação a 2015, que foi de R\$ 108,7 milhões em função dos efeitos explicados no item acima de (despesas) e receitas operacionais.

Resultado financeiro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O resultado financeiro líquido da Companhia em 2016 foi negativo em R\$ 66,0 milhões, apresentando uma melhora em relação ao mesmo período do ano anterior no qual a companhia registrou uma despesa financeira líquida de R\$ 101,8 milhões.

A melhoria reflete principalmente o rendimento dos recursos captados no IPO.

Lucro (Prejuízo) operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social

Em 2016, a Companhia registrou um lucro antes do imposto de renda de R\$ 34,6 milhões, frente a lucro de R\$ 7,0 milhões em 2015, principalmente em função da melhora do resultado financeiro explicado anteriormente.

Maiores informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no Earnings Release que comenta os resultados de 2016 e que descreve o cálculo do EBITDA e EBITDA ajustado.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia reduziu de R\$ 18,4 milhões em 2015 para R\$ 5,9 milhões em 2016, principalmente devido a aprovação pelo Conselho da Companhia de plano para que a controladora incorpore a subsidiária CDB, permitindo créditos fiscais em 2016.

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 28,8 milhões em contrapartida a um prejuízo de R\$ 11,4 milhões em 2015, reflexo do crescimento da receita, dos ganhos de eficiência em custo, do efeito positivo da marcação da 4131 e o crédito fiscal que foi constituído.

Comparação entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

CONTAS DE RESULTADO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2015	31.12.2014
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	699.664	393.149
Custo dos serviços prestados	(422.180)	(259.651)
LUCRO BRUTO	277.484	133.498
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(183.152)	(101.308)
Outras despesas, líquidas	14.406	(2.399)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado em participação societária	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	108.738	29.791
RESULTADO FINANCEIRO		
Despesas financeiras	(146.634)	(24.853)
Receitas financeiras	32.492	1.824
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(5.404)	6.762
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(18.397)	1.273
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(23.801)	8.035

Receita líquida de Serviços

Para análise do crescimento da receita líquida de serviços da Companhia a Diretoria acredita ser útil a segregação entre a receita de diagnóstico por imagem e análises clínicas conforme tabela abaixo:

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2015	31.12.2014
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	745.704	419.286
Diagnósticos por Imagem	645.139	404.932
Análises Clínicas	100.565	14.354
Deduções	(46.040)	(26.137)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	699.664	393.149

A receita bruta da Companhia apresentou um crescimento de 77,8% ou R\$ 326,4 milhões, de R\$ 419,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 745,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Em 14 de novembro de 2014 ocorreu a aquisição do Centro de Diagnósticos Brasil (CDB), portanto, no resultado de 2014, a receita consolidada da Companhia só reflete 1 (um) mês e meio de receita do CDB, enquanto que em 2015 estão contemplados seus 12 (doze) meses de receita.

Principalmente em decorrência da integração do CDB, a receita dos serviços de diagnóstico cresceu 59,3% ou R\$ 240,2 milhões, de R\$ 404,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 645,1 milhões em 2015.

A receita de análises clínicas cresceu 600,6% ou R\$ 86,2 milhões, de R\$ 14,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 100,6 milhões em 2015. Tal variação deveu-se, principalmente, devido à aquisição do CDB, que possuía 30% da sua receita proveniente do serviço de análises clínicas. Com a aquisição do CDB, o serviço de análises clínicas passou a ser uma fonte

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

relevante de receita para Companhia e, na visão da Diretoria, um novo foco estratégico de crescimento orgânico para os próximos anos.

Deduções

As deduções da companhia cresceram 76,2% no período, de R\$ 26,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 46,0 milhões em 2015, um crescimento menor percentualmente do que o crescimento da receita bruta, devido a alteração no mix de municípios da Alliar que contribuiu para uma alíquota média de ISS menor.

Receita líquida

A receita líquida da companhia cresceu 78,0% ou R\$ 306,5 milhões, de R\$ 393,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 699,7 milhões em 2015, um crescimento levemente superior do que a receita bruta, devido aos ganhos na linha de deduções citados acima. Em 2014 as deduções representavam 6,23% da receita bruta, já em 2015 essa razão cai para 6,17%, justificando a taxa de crescimento da receita líquida acima da taxa de crescimento da receita bruta.

Custo dos serviços prestados

A composição do custo dos serviços prestados da Companhia e sua evolução entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2015 pode ser observada na tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2015	31.12.2014
Com pessoal, salários, encargos sociais e benefícios	(100.635)	(69.172)
Honorários médicos	(127.238)	(70.787)
Medicamentos e materiais médico-hospitalares	(87.605)	(26.877)
Aluguel	(20.022)	(21.824)
Com manutenção	(24.992)	(18.145)
Com utilidades- água, energia elétrica e outras	(19.450)	(11.426)
Serviços de terceiros	(7.756)	(6.275)
Depreciação e amortização	(32.310)	(32.924)
Outras despesas operacionais	(2.172)	(2.221)
Total	(422.180)	(259.651)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o Custo dos serviços prestados pela Companhia foi R\$ 422,2 milhões, o que representou um crescimento de 62,6% em comparação aos R\$ 259,7 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Esse aumento é justificado pela aquisição do CDB em novembro de 2014, sendo que o aumento total do custo dos serviços prestados foi menor do que o aumento de receita líquida de 78,0%.

Como percentual da receita líquida, os custos dos serviços prestados passaram de 66,0% em 2014 para 60,3% em 2015.

Vale destacar que os custos com pessoal, salários, encargos sociais e benefícios aumentaram 79,7%, de R\$ 70,8 milhões em 2014 para R\$ 127,3 milhões em 2015.

O custo com Medicamentos e materiais apresentou um alto crescimento de 225,6%, passando de R\$ 26,9 milhões em 2014 para R\$ 87,6 milhões em 2015, principalmente por conta da alocação do custo variável do laboratório de apoio referente ao serviço de análises clínicas do CDB a partir de novembro de 2014.

Outra linha de custo que teve um aumento maior do que a receita líquida foi água e energia elétrica, que aumentou 70,2%, de R\$ 11,4 milhões em 2014 para R\$ 19,4 milhões em 2015, principalmente devido ao alto reajuste das tarifas no ano de 2015.

A depreciação e amortização ficou praticamente igual entre 2014 e 2015, com uma leve diminuição de 1,9%, de R\$ 32,9 milhões em 2014 para R\$ 32,3 milhões em 2015, atribuída a uma revisão técnica da expectativa de vida útil dos ativos da Companhia e sua consequente revisão da taxa efetiva de depreciação.

Lucro bruto

O lucro bruto da Companhia teve um forte crescimento de 107,9% ou R\$ 143,9 milhões, de R\$ 133,5 milhões em 2014 para R\$ 277,5 milhões em 2015. Em relação a receita líquida, o lucro bruto cresceu de 34,0% para 39,7%, justificado principalmente pelo plano de sinergias após a aquisição do CDB e outros planos de redução de custos implantados em 2015, tais como, melhores negociações nos contratos de manutenção e insumos de exames, a implantação do command center (centro de operação remota de equipamentos de ressonância magnética) e adoção do modelo de orçamento base zero para dimensionamento de custos e despesas.

(Despesas) Receitas operacionais

A composição das Despesas e Receitas operacionais da Companhia e sua evolução entre o exercício social de 31 de dezembro de 2014 e o exercício social de 31 de dezembro de 2015 pode ser observada na tabela abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(Despesas) Receitas operacionais (Em milhares de reais – R\$)	31.12.2015	31.12.2014
Despesas gerais e administrativas	(183.152)	(101.308)
Outras despesas, líquidas	14.406	(2.399)
Total	(168.746)	(103.707)

As despesas gerais e administrativas aumentaram 62,7% ou R\$ 65,0 milhões, de R\$ 103,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 168,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Como percentual da receita líquida, as despesas gerais e administrativas passaram de 26,4% em 2014 para 24,1% em 2015, principalmente devido à incorporação da estrutura administrativa do CDB a partir de novembro de 2014, às despesas com rescisões com integração com o CDB e aumento de estrutura da Holding.

A linha de Outras despesas líquidas teve uma variação positiva de R\$ 16,8 milhões, de uma despesa de R\$ 2,4 milhões no ano de 2014 para uma receita de 14,4 milhões em 2015, principalmente devido a uma receita de R\$ 12,9 milhões sem efeito caixa por conta de um estorno contábil no passivo da Companhia referente a uma provisão de earn out que seria paga aos acionistas originais da empresa UMDI adquirida em 2013 com base em uma meta de crescimento que não se concretizou.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

Em 2015, o lucro operacional antes do resultado financeiro atingiu R\$ 108,7 milhões, comparado com R\$ 29,8 milhões em 2014, o que representou um crescimento de 265,0% em relação a 2014.

Como percentual da receita líquida, o lucro operacional antes do resultado financeiro passou de 7,6% em 2014 para 15,5% em 2015. O crescimento maior do que o crescimento da receita de líquida do mesmo período é explicado pelos planos de redução de custo implantados em 2015, pela manutenção do mesmo patamar da despesa de depreciação por conta da revisão da vida útil dos ativos e também pelo efeito de estorno de provisão do earn out citado anteriormente.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido da Companhia em 2015 foi negativo em R\$ 114,1 milhões enquanto que em 2014 foi negativo em R\$ 23,0 milhões, representando uma variação de 395,6%, principalmente devido ao crescimento das despesas financeiras.

O crescimento nas despesas financeiras, de R\$ 24,8 milhões em 2014 para R\$ 146,6 milhões em 2015, é explicado, principalmente, pelo efeito da variação cambial nas dívidas indexadas ao dólar reconhecido em 2015 no montante de R\$ 82,6 milhões.

Lucro (Prejuízo) operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Devido aos efeitos citados acima no Resultado financeiro da Companhia, em 2015 foi contabilizado um prejuízo operacional de R\$ 5,4 milhões, em comparação ao lucro de R\$ 6,8 milhões em 2014. Como percentual da receita líquida, o lucro operacional antes do resultado financeiro passou de 1,7% em 2014 para -0,8% em 2015.

Maiores informações sobre o resultado operacional da Companhia estão apresentadas no item 3.2 deste Formulário de Referência, que descreve o cálculo do EBITDA e EBITDA ajustado.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2015, a Companhia contabilizou uma despesa de imposto de renda de R\$ 18,4 milhões, enquanto que em 2014 foi contabilizada uma receita de imposto de renda de R\$ 1,3 milhão, decorrente de efeito do imposto de renda diferido e a aquisição do CDB em novembro de 2014 com um regime de lucro real.

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 28,8 milhões em contrapartida a um prejuízo de R\$ 11,4 milhões em 2015, reflexo do crescimento da receita, dos ganhos de eficiência em custo, do efeito positivo da marcação da 4131 e o crédito fiscal que foi constituído.

Descrição das Principais Contas do Nossa Balanço Patrimonial

Conforme citado anteriormente, no período base de análise, compreendido entre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e o período findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou um crescimento elevado devido tanto à abertura de novas unidades como à aquisição de empresas. Tal crescimento afetou tanto o resultado como o balanço da companhia durante o período em questão.

Os eventos mais impactantes no período foram a aquisição da Clínica Delfin, em março de 2016 e a aquisição de Multiscan, em março de 2017, além da conversão do IFC. Estes eventos foram os grandes responsáveis pelas variações registradas nas contas do balanço ao longo do período analisado. Há ainda os investimentos na RBD (PPP Bahia), que no Balanço Patrimonial são refletidos nas contas de Ativo Financeiro (circulante e não circulante)

A aquisição de Delfin, por ter acontecido no 1º trimestre do ano fiscal, teve não apenas impacto de aproximadamente 10 meses de operação no resultado, conforme citado acima, mas também pela consolidação do balanço, já integralmente refletida em 31 de dezembro de 2016, sendo seu impacto a explicação das principais variações nos saldos do balanço entre 2016 e 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Impacto similar ao ocorrido na aquisição do Delfin, no entanto, em menores proporções, aconteceu com a aquisição da Multiscan, no balanço do período findo em 31 de dezembro de 2017.

Com a conclusão de cada uma das transações supracitadas, diversas contas do balanço sofreram impactos relevantes ao longo do período analisado, principalmente entre os anos de 2017 e 2016 e 2016 e 2015. O ativo total da Companhia aumentou de R\$ 1,5 bilhão de reais, em 2015, para R\$ 2,2 bilhão de reais em 2017.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

ATIVOS	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	91.597	159.333
Títulos e valores mobiliários	10	37.811
Contas a receber	219.178	233.260
Estoques	4.650	6.391
Ativo financeiro	30.676	14.407
Instrumento financeiro derivativo	-	-
Impostos a recuperar	41.153	26.373
Outras contas a receber	14.290	16.854
Total dos ativos circulantes	401.554	494.429
NÃO CIRCULANTES		
Títulos e valores mobiliários	3.692	5.696
Depósitos judiciais	25.817	22.050
Garantia de reembolso de contingências	104.389	139.229
Partes Relacionadas	38.406	31.114
Imposto de renda e contribuição social diferidos	123.127	61.530
Outras contas a receber	0	893
Ativo financeiro	83.164	64.390
Instrumento derivativo financeiro	-	-
Investimentos	5.364	4.694
Imobilizados	532.523	464.206
Intangível	966.949	878.081
Total dos ativos não circulantes	1.883.431	1.671.883
TOTAL DOS ATIVOS	2.284.985	2.166.312

Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 houve uma variação no ativo total da Companhia, de R\$ 119 milhões, representando um aumento de 5% no período.

No ativo circulante a conta Ativo Financeiro teve variação elevada em função dos recursos investidos na RBD. O ativo não circulante aumentou de R\$ 1.671,9 milhões para R\$ 1.883,4 milhões, representando um aumento de 13%. As contas mais afetadas foram o Imobilizado e o Intangível, além da conta de IRCS diferido. O ativo Intangível por exemplo teve um aumento de R\$ 88,9 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTES		
Fornecedores	73.410	69.737
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	52.652	41.227
Empréstimos e financiamentos	167.044	202.830
Instrumento financeiro derivativo	1.260	25.549
Obrigações tributárias	23.524	35.813
Parcelamento de impostos	2.212	2.088
Contas a pagar – aquisição de empresas	36.489	13.478
Outras contas a pagar	5.463	13.857
Total dos passivos circulantes	362.054	404.579
NÃO CIRCULANTES		
Empréstimos e financiamentos	432.208	302.817
Instrumento financeiro derivativo	0	13.101
Partes Relacionadas	5.881	293
Parcelamento de impostos	6.960	6.979
Contas a pagar – aquisição de empresas	48.790	33.487
PIS/COFINS/ISS diferidos	5.161	4.452
Provisão para riscos legais	140.045	179.478
Outras contas a pagar	5.597	9.191
Total dos passivos não circulantes	652.676	549.798
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	612.412	580.910
Capital social a integralizar	0	(1.130)
Reservas de capital	620.222	615.794
Ações em tesouraria	(1.954)	(4.102)
Prejuízos acumulados	(11.220)	(17.872)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	1.219.460	1.173.600
Participação dos acionistas não controladores	38.335	38.335
Total do patrimônio líquido	1.211.935	1.211.935
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.234.190	2.166.312

O passivo circulante, por sua vez, teve um decréscimo de R\$ 42,5 milhões no período, em grande parte devido à movimentação dos empréstimos e financiamentos, visto que com a emissão da 1ª Debentures, fizemos o pré-pagamento de dívidas que venciam no curto prazo substituindo-as pelo prazo mais longo previsto na emissão.

A conta de Contas a pagar – aquisição de empresas também teve aumento relevante, refletindo principalmente a aquisição de Multiscan, cujo pagamento se dará em até 5 anos da data de assinatura do contrato.

O passivo não circulante aumentou em R\$ 102,9 milhões, principalmente na conta de empréstimos e financiamentos, refletindo a emissão das debêntures mencionada anteriormente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O patrimônio líquido aumentou de R\$ 1.211,9 milhões em 2016 para R\$ 1.219,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, devido, em parte, à conversão de dívida pelo IFC e também, às aquisições, que impactam o capital pela combinação de negócios realizada.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

ATIVOS	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	159.333	21.920
Títulos e valores mobiliários	37.811	3.672
Contas a receber	233.260	155.592
Estoques	6.391	4.203
Ativo financeiro	14.407	2.806
Instrumento financeiro derivativo	-	8.270
Impostos a recuperar	26.373	13.217
Outras contas a receber	16.854	6.246
Total dos ativos circulantes	494.429	215.926
NÃO CIRCULANTES		
Títulos e valores mobiliários	5.696	2.763
Depósitos judiciais	22.050	15.149
Garantia de reembolso de contingências	139.229	158.041
Partes Relacionadas	31.114	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	61.530	50.182
Outras contas a receber	893	8.039
Ativo financeiro	64.390	13.254
Instrumento derivativo financeiro	-	21.050
Investimentos	4.694	-
Imobilizados	464.206	411.211
Intangível	878.081	640.737
Total dos ativos não circulantes	1.671.883	1.320.426
TOTAL DOS ATIVOS	2.166.312	1.536.352

Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 houve uma variação no ativo total da Companhia, de R\$ 630 milhões, representando um aumento de 41% no período.

No ativo circulante a conta Caixa e Equivalentes de Caixa teve variação elevada em função principalmente dos recursos captados na abertura de capital e também do fluxo de caixa operacional gerado pelas operações.

O ativo não circulante aumentou de R\$ 1.320,4 milhões para R\$ 1.671,9 milhões, representando um aumento de 27%. As contas mais afetadas foram o Imobilizado e o Intangível. O ativo Intangível por exemplo teve um aumento de R\$ 237,3 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTES		
Fornecedores	69.737	51.108
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	41.227	28.209
Empréstimos e financiamentos	202.830	79.654
Instrumento financeiro derivativo	25.549	-
Obrigações tributárias	35.813	16.263
Parcelamento de impostos	2.088	1.256
Contas a pagar – aquisição de empresas	13.478	4.354
Outras contas a pagar	13.857	6.133
Total dos passivos circulantes	404.579	186.977
NÃO CIRCULANTES		
Empréstimos e financiamentos	302.817	385.790
Instrumento financeiro derivativo	13.101	-
Partes Relacionadas	293	
Parcelamento de impostos	6.979	7.177
Contas a pagar – aquisição de empresas	33.487	29.456
PIS/COFINS/ISS diferidos	4.452	-
Provisão para riscos legais	179.478	178.570
Outras contas a pagar	9.191	15.382
Total dos passivos não circulantes	549.798	616.375
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	580.910	299.249
Capital social a integralizar	(1.130)	(1.201)
Reservas de capital	615.794	474.590
Ações em tesouraria	(4.102)	(23.897)
Prejuízos acumulados	(17.872)	(32.664)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	1.173.600	716.077
Participação dos acionistas não controladores	38.335	16.923
Total do patrimônio líquido	1.211.935	733.000
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.166.312	1.536.352

O passivo circulante, por sua vez, teve um acréscimo de R\$ 217,6 milhões no período, em grande parte devido à movimentação dos empréstimos e financiamentos, que somou R\$ 123,2 milhões de variação.

A conta de Salários e obrigações sociais e previdenciárias aumentou de R\$ 28,2 milhões em 2015 para R\$ 41,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, sendo que parte desta variação reflete a aquisição da Clínica Delfin.

O saldo de Obrigações tributárias, no período analisado, teve um aumento de R\$ 19,6 milhões. A aquisição da Clínica Delfin respondeu por parte deste aumento ao passo que o restante foram referentes à expansão das atividades da própria Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O passivo não circulante sofreu uma redução de R\$ 66,6 milhões. Desta redução cabe destacar a conta que teve a maior variação, no caso, a conta de empréstimos e financiamentos.

As outras linhas dentro de passivo não circulante de forma geral ficaram bastante estáveis no período.

O patrimônio líquido aumentou de R\$ 733,0 milhões em 2015 para R\$ 1.211,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, devido, em grande parte, à abertura de capital da Companhia e também, em menor escala, à aquisição da Clínica Delfin, que teve impacto no capital social, com a emissão de novas ações devido à combinação de negócios.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

ATIVOS	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	21.920	42.209
Aplicações financeiras	3.672	5.474
Contas a receber	155.592	120.055
Estoques	4.203	5.836
Ativo financeiro	2.806	1.241
Instrumento financeiro derivativo	8.270	-
Impostos a recuperar	13.217	15.051
Outras contas a receber	6.246	10.258
Total dos ativos circulantes	215.926	200.124
NÃO CIRCULANTES		
Aplicações financeiras vinculadas	2.763	-
Depósitos judiciais	15.149	14.990
Garantia de reembolso de contingências	158.041	203.781
Imposto de renda e contribuição social diferidos	50.182	48.423
Outras contas a receber	8.039	6.000
Ativo financeiro	13.254	6.139
Instrumento derivativo financeiro	21.050	-
Imobilizados	411.211	351.375
Intangível	640.737	632.995
Total dos ativos não circulantes	1.320.426	1.263.703
TOTAL DOS ATIVOS	1.536.352	1.463.827

Entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 houve uma variação no ativo total da Companhia, de R\$ 72,5 milhões, representando um aumento de 5,0% no período.

No ativo circulante a conta Caixa e Equivalentes de Caixa teve variação negativa no montante de R\$ 20,3 milhões no período analisado devido, principalmente, aos investimentos realizados na aquisição

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de máquinas e equipamentos sendo que tais investimentos também impactaram as contas do ativo não circulante, como Imobilizado e o Ativo financeiro.

O ativo não circulante aumentou de R\$ 1.263,7 milhões em 2014 para R\$ 1.320,4 milhões, representando um aumento de 4,5%. As contas mais afetadas foram o Imobilizado, Garantia de reembolso de contingências e o Intangível. Os investimentos mencionados no parágrafo anterior, relacionados às aquisições de máquinas, principalmente, fizeram com que o ativo Imobilizado tivesse um aumento de R\$ 59,8 milhões.

Cabe ressaltar que a linha de Garantia de reembolso de contingências teve uma redução de R\$ 45,7 milhões devido às baixas de contingências realizadas após a aquisição do CDB.

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTES		
Fornecedores	51.108	43.691
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	28.209	22.560
Empréstimos e financiamentos	79.654	88.271
Obrigações tributárias	16.263	8.309
Parcelamento de impostos	1.256	1.719
Contas a pagar – aquisição de empresas	4.354	7.998
Outras contas a pagar	6.133	10.512
Total dos passivos circulantes	186.977	183.060
NÃO CIRCULANTES		
Empréstimos e financiamentos	385.790	229.725
Parcelamento de impostos	7.177	5.633
Contas a pagar – aquisição de empresas	29.456	38.060
Provisão para riscos legais	178.570	224.199
Outras contas a pagar	15.382	27.459
Total dos passivos não circulantes	616.375	525.076
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social integralizado	299.249	273.552
Capital social a integralizar	(1.201)	-
Reservas de capital	2.910	31.723

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Reserva de instrumento patrimonial decorrente de combinação de negócios	471.680	471.680
Ações em tesouraria	(23.897)	(21.274)
Reservas de lucros	-	3.077
Prejuízos acumulados	(32.664)	(12.826)
Total de Patrimônio líquido dos acionistas controladores	716.077	745.932
Participação dos acionistas não controladores	16.923	9.759
Total do patrimônio líquido	733.000	755.691
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.536.352	1.463.827

O saldo de passivo circulante permaneceu praticamente estável entre os anos de 2015 e 2014, com um ligeiro aumento de R\$ 3,9 milhões de reais. Por um lado, houve uma redução nos empréstimos de curto prazo, devido à amortização de dívidas, totalizando uma redução de R\$ 8,6 milhões no período em questão. Por outro, houve aumento nas contas de Fornecedores, Obrigações tributárias e Salários, obrigações sociais e previdenciárias, totalizando R\$ 21,0 milhões. Estes aumentos estão correlacionados com o crescimento da receita da Companhia no período, conforme anteriormente citado, de 78%.

A linha de passivo não circulante sofreu uma variação positiva, no período analisado, de R\$ 91,3 milhões. Tal variação teve como origem, em grande parte, a movimentação no saldo de empréstimos, que teve um aumento de R\$ 156,0 milhões devido à captação realizada no período para financiar os investimentos da Companhia e, por outro lado, houve uma redução de R\$ 45,6 milhões na linha de Provisão para riscos legais. Tal redução ocorreu devido à baixa de provisões que foram constituídas após as aquisições ocorridas, principalmente, entre os anos de 2013 e 2014 ultrapassaram o prazo limite para realização os riscos provisionados.

O patrimônio líquido sofreu uma redução de R\$ 22,7 milhões devido ao prejuízo ocorrido no período, que somou R\$ 23,8 milhões.

Fluxos de caixa

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa:

	31.12.2017	31.12.2016

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	14.640	28.767
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	79.017	54.367
Opções outorgadas e ações restritas reconhecidas	7.617	1.551
Valor residual de ativos imobilizados baixados e investimentos	20.267	34.937
Encargos financeiros e variação cambial	64.342	(22.444)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	16.549	80.251
Atualização do ativo financeiro	(21.108)	-
Resultado em participação societária	(13.844)	(10.139)
Perda com dividendos desproporcionais	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.135)	7.506
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(3.416)	-
Redução ao valor recuperável de ativos	-	1.688
PIS/COFINS/ISSQN diferidos	3.581	4.452
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	49.855	(56.662)
Estoques	1.741	(948)
Outros ativos	(15.588)	(11.330)
Ativo financeiro	(38.517)	(45.457)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	12.115	12.435
Fornecedores risco sacado	11.652	
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	10.190	5.962
Obrigações tributárias e parcelamento de impostos	(6.203)	17.466
Outros passivos	483	5.368
Opções de ações pagas	-	(11.932)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.654)	(8.391)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dividendos e JSCP recebidos de controladas	13.046	9.868
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	134.194	78.974
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações financeiras	44.504	(27.338)
Aquisição de controladas, líquido do caixa recebido	(42.430)	(2.091)
Partes relacionadas	(9.071)	(9.089)
Adição em investimentos	(11.958)	(6.500)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(149.022)	(105.617)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(167.977)	(150.635)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	693	280.451
Gastos com emissão de ações	-	(22.525)
Compra/ Alienação de ações em tesouraria	(8.317)	1.128
Transações com acionistas	-	(1.567)
Valores recebidos de empréstimos, líquidos	474.637	156.023
Juros pagos	(49.511)	(45.374)
Amortização de empréstimos, financiamentos e derivativos	(451.455)	(159.062)
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento	(33.953)	209.074
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(67.736)	137.413
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	159.333	21.920
No início do período	91.597	159.333
No fim do período	(67.736)	137.413
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(67.736)	137.413

Atividades operacionais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais foi de R\$ 134 milhões no exercício de 2017 comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 79 milhões no período anterior. Este crescimento deveu-se, principalmente, a linha de encargos financeiros e variação cambial e contas à receber.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 167,9 milhões em 2017 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 150,6 milhões no período de 2016, refletindo principalmente na variação decorrente da linha de aplicações financeiras.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento teve uma geração negativa de R\$ 33,9 milhões em 2017 comparado a de R\$ 209,1 milhões no período de 2016, refletido principalmente na linha de amortização de empréstimos, financiamentos e derivativos.

Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa:

	31.12.2016	31.12.2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do período	28.767	(11.429)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	54.367	35.701
Opções outorgadas reconhecidas (canceladas)	-	1.160
Valor Residual de ativos imobilizados baixados e investimentos	34.937	14.544
Encargos financeiros e variação cambial	(22.444)	99.152
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	80.251	-
Resultado em participação societária	(10.319)	-
Reversão de contas a pagar aquisição de empresas	-	(12.961)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.506	8.695
Provisão para honorários advocatícios	-	111

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Redução ao valor recuperável dos ativos	1.688	-
PIS/COFINS/ISS diferidos	4.452	-
Imposto de renda e contribuição social	(18.341)	(5.371)
Ações Restritas	1.551	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(56.662)	(44.232)
Estoques	(948)	1.633
Impostos a Recuperar	(9.609)	-
Ativo financeiro	(45.457)	(8.680)
Depósitos judiciais	910	-
Garantias e Provisões para riscos	(5.126)	-
Outros ativos	2.495	3.296
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	12.435	7.417
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	5.962	5.649
Obrigações tributárias e parcelamento de impostos	17.466	9.593
Outros passivos	5.368	(4.083)
Dividendos recebidos	9.868	-
Opções de ações pagas	(11.932)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.391)	(1.639)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	78.974	98.556
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(Aumento) redução de aplicação financeira	(27.338)	(961)
Aquisição de controladas, líquido do caixa recebido	(2.091)	-
Adiantamentos a Partes relacionadas	(9.089)	-
Recompra de ações de acionistas	-	-
Aquisição de investimentos	(6.500)	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(105.617)	(102.784)
Caixa líquido aplicado nas (gerados pelas) atividades de investimento	(150.635)	(103.745)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	280.451	24.496
Gasto com emissão de ações	(22.525)	-
Ações em tesouraria	1.128	(7.559)
Transações com acionistas	(1.567)	-
Recompra de ações	-	(27.000)
Valores recebidos de empréstimos, líquidos	156.023	133.597
Amortização de empréstimos e financiamentos, debêntires e derivativos	(159.062)	(93.659)
Juros pagos	(45.374)	(50.002)
Amortização de contas a pagar por aquisição de empresas	-	(3.003)
Partes Relacionadas	-	-
Aportes líquidos de acionistas não controladores	-	8.050
Caixa líquido gerado pelas (gerados nas) atividades de financiamento	209.074	(15.100)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	137.413	(20.289)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período	21.920	42.209
No fim do período	159.333	21.920
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	137.413	(20.289)

Atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais foi de R\$ 79 milhões no exercício de 2016 comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 98,5 milhões no período anterior. Este decréscimo deveu-se, principalmente, a despesas com assessores, auditores e advogados relacionadas a aquisição da clínica Delfin em 11 de março de 2016, no valor de R\$ 7,1 milhões e ao aumento significativo do ativo financeiro (Capex da RBD – a PPP na Bahia), conforme esperado pelo contrato da licitação.

Atividades de investimentos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 150,6 milhões em 2016 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 103,7 milhões no período de 2015, refletindo principalmente os recursos captados no IPO e a variação decorrente na linha de aplicações financeiras.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$ 209,1 milhões em 2016 comparado a uma geração negativa de R\$ 15,1 milhões no período de 2015, representando uma entrada de R\$280,4 milhões, que reflete principalmente os recursos captados no IPO.

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	31.12.2015	31.12.2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(23.801)	8.035
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	35.701	36.582
Opções outorgadas reconhecidas	1.160	250
Custo residual de ativo imobilizado baixados	14.544	1.804
Encargos financeiros	111.524	23.925
Resultado em participação societária	-	-
Perda com dividendos desproporcionais	-	-
Reversão de contas a pagar aquisição de empresas	(12.961)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.695	4.992
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	111	109
Provisão para honorários advocatícios	-	1.850
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.371)	(17.122)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(44.232)	(2.946)
Estoques	1.633	(2.225)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outros ativos	3.296	19.207
Ativo financeiro	(8.680)	(7.399)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	7.417	(15.319)
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	5.649	(4.417)
Obrigações tributárias e parcelamento de impostos	9.593	(11.417)
Outros passivos	(4.083)	15.416
Despesas financeiras pagas		
Dividendos recebidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.639)	(3.631)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	98.556	47.694
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento (redução) em aplicações financeiras	(961)	(5.330)
Aquisição de controladas, líquido de caixa recebido	-	2.075
Partes relacionadas	-	239
Adição em investimentos, líquida	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(102.784)	(125.649)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(103.745)	(128.665)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	24.496	-
Ações em tesouraria	(7.559)	(13.382)
Recompra de ações	(27.000)	-
Valores recebidos de empréstimos, líquidos	133.597	193.162
Amortização de empréstimos e financiamentos	(93.659)	(41.369)
Juros pagos	(50.022)	(16.501)
Amortização de contas a pagar por aquisição de empresas	(3.003)	(12.569)
Dividendos pagos	-	(39.033)
Partes relacionadas	-	-
Aportes líquidos de acionistas não controladores	8.050	898
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(15.100)	71.206

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(20.289)	(9.765)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	42.209	51.974
No fim do exercício	21.920	42.209
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(20.289)	(9.765)

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 98,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 47,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento na geração de caixa de R\$ 50,8 milhões.

Tal acréscimo deveu-se, principalmente, a aquisição do CDB em 14 de novembro de 2014.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 103,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 128,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento na aplicação de caixa de R\$ 25,0 milhões.

Tal decréscimo deveu-se, principalmente, à uma variação positiva na linha de aquisição de ativo imobilizado e intangível no valor de R\$ 24,3 milhões.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$ 15,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 comparado a um caixa líquido gerado de R\$ 71,2 milhões em 31 de dezembro de 2014, representando uma diminuição de caixa aplicado nas atividades de financiamento no montante de R\$ 86,3 milhões.

Tal decréscimo deveu-se, principalmente, a uma redução na captação de novos financiamentos no valor de R\$ 59,6 milhões menor que no período anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os diretores devem comentar sobre:

a. Resultados das operações do emissor

Somos a segunda maior rede de diagnósticos por imagem do Brasil em número de equipamentos de ressonância magnética, de acordo com dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), e estamos entre os maiores prestadores de serviços de medicina diagnóstica do Brasil em termos de receita líquida, ao compararmos nossas informações financeiras aos dados divulgados por nossos principais concorrentes. Nossa parque inclui 122 máquinas de Ressonância Magnética de primeira linha em 42 cidades do Brasil, onde estamos presente através de mais de 20 marcas regionais.

Em 2017 a Alliar realizou cerca de 3,0 milhões de atendimentos, crescendo tanto em imagem como em análises clínicas. Referente aos serviços de análises clínicas, a companhia realiza, em média, 10 milhões exames por ano em um mercado estimado pela ANS de 658 milhões exames, representando um *market share* de cerca de 1,5%. Em dezembro de 2017, 52 unidades da companhia ofereciam esse tipo de exame de um total de 118 unidades, representando uma oportunidade estratégica de expansão desse serviço nas demais unidades.

No geral, nossas linhas de negócio foram responsáveis por uma receita líquida de R\$ 1.077,9 milhões em 2017, de R\$ 951,5 milhões em 2016, e de R\$ 699,7 milhões em 2015.

No geral, as atividades operacionais da Companhia são afetadas por diversos fatores macroeconômicos e operacionais, dentre os quais:

- a saúde financeira das operadoras de planos de saúde, hospitais e empresas que são as fontes pagadoras responsáveis pela maior parcela da receita de prestação de serviços da Companhia. Neste contexto, a situação de cada fonte pagadora pode influenciar a receita de prestação de serviços e o prazo de recebimento pela prestação de serviços. Em compensação a esse fato a Companhia possui uma base de unidades e seus clientes dispersa pelo país, o que minimiza de forma relevante o risco de não recebimento;
- a situação do nosso parque de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação. A Receita de prestação de serviços do grupo depende da disponibilidade de aparelhos de diagnósticos em condições normais de operação para realização de exames;
- a disponibilidade dos nossos fornecedores, incluindo os médicos parceiros que realizam os laudos dos exames e o parceiro processador de Análises Clínicas. O faturamento dos exames realizados depende da entrega em tempo adequado de laudos com qualidade mínima dos parceiros conforme orientação da Companhia; e

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- a reputação das marcas regionais. A procura por exames depende da reputação das marcas regionais da Companhia com os médicos solicitantes e com o público demandante em geral.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Diretoria da Companhia entende que a situação financeira geral da Companhia, incluindo sua geração de receitas e seus resultados operacionais, estão sujeitos a incertezas relacionadas às condições macroeconômicas e políticas brasileiras, e também às condições de mercado de diagnóstico por imagem nas cidades em que estamos presentes, como por exemplo:

- Instabilidade social e política;
- Expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- Flutuações cambiais relevantes;
- Alterações no regime fiscal e tributário;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Taxas de juros;
- Inflação;
- Política monetária;
- Política fiscal;
- Racionamento de água e/ou energia; e
- Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

As alterações nestas variáveis podem afetar os resultados da Companhia positiva ou negativamente, principalmente se as mudanças forem significativas e não estejam de acordo com as expectativas da Companhia.

O preço dos serviços da companhia é negociado periodicamente com as diversas fontes pagadoras, utilizando como base de negociação os índices de inflação oficiais do país.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nos últimos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2017, os índices de preços mostraram novamente um menor crescimento de preços (inflação menor), similar ao que já ocorreu em 2016, mas que não era o padrão dos anos anteriores. Os custos e despesas da Companhia são impactados principalmente pela inflação nas cidades onde a Companhia está presente. Em um cenário de aumento de inflação generalizado no Brasil, é possível que a companhia não consiga ajustar os preços dos serviços de forma a compensar completamente os efeitos da inflação sobre os custos e despesas.

A taxa de câmbio não afeta diretamente a receita da companhia, mas afeta uma pequena parcela do endividamento líquido ainda indexada ao dólar, o preço de alguns insumos para realização de exames também atrelados ao dólar e a capacidade de investimento em novas máquinas, peças e equipamentos, uma vez que partes desses equipamentos e peças são importados ou possuem preços atrelados ao dólar.

As desvalorizações do Real com relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente as operações da companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

Desde a sua constituição, a Companhia atua apenas em um segmento operacional: medicina diagnóstica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Operações societárias ref. a 2015:

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia constituiu a Rede Brasileira de Diagnósticos SPE S.A, que tem como finalidade a concessão administrativa para gestão e operação de serviços de apoio ao diagnóstico por imagem junto à Secretaria da Saúde do Estado da Bahia ("SESAB"). Suas atividades operacionais foram iniciadas em 28 de maio de 2015.

Operações societárias ocorridas em 2016:

No dia 10 de março de 2016 foi assinado o Acordo de Associação entre o Grupo Delfin (Delfpar S.A., Delfin Imagem S.A. e Clínica Delfin Gonzalez Miranda S.A.) e a Companhia. O acordo prevê a aquisição de 8 unidades de atendimento de medicina diagnóstico por imagem, localizadas no Estado da Bahia e do Rio Grande do Norte.

A operação prevê a aquisição da holding do Grupo Delfin pela Companhia, empresa Delfpar S.A., e a entrada dos acionistas desta empresa no quadro societário da Alliar através de emissão de ações, passando a Companhia a ser detentora da totalidade das ações de emissão.

Operações societárias ocorridas em 2017:

Em março 2017 foi assinado o acordo com Multiscan, onde a transação foi primariamente definida para pagamento em dinheiro (em até 5 anos), mas uma parte menor foi paga em ações da Companhia, onde os sócios-fundadores de Multiscan passaram a ser acionistas minoritários de Alliar

Ativos adquiridos e passivos assumidos

(Em milhares de R\$)

Valor justo

Ativos

Caixa e equivalentes de caixa	1.221
Contas a receber	4.056
Outros circulantes	235
Outras não circulantes	208

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Imobilizado	23.186
Intangível	1.493
Total	30.399
Passivos	
Fornecedores	2.487
Empréstimos e financiamentos	11.843
Obrigações trabalhistas	1.074
Provisões para riscos legais	1.681
Outras obrigações	397
Total	17.482
Ativos líquidos adquiridos	<u>12.917</u>

c. Eventos ou operações não usuais.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (International Accounting Standards Board – IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve alteração nas práticas contábeis adotadas pela Companhia.

a. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

No relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, respectivamente, foram feitas ênfases devido às suas reapresentações em decorrência de reclassificações, ajustes e divulgações adicionais. Não foram emitidas ressalvas nos relatórios acima referidos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

a) Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos na data de aquisição e devidos aos então acionistas controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Os ativos, passivos de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios, classificados como de vida útil indefinida, é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Conforme orientação do ICPC 09 (R1), o ágio foi classificado no grupo de "Investimentos", no balanço individual e no consolidado é reclassificado para o grupo de Intangível.

Mudanças nas participações da Companhia em controladas existentes

Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle da Companhia sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado.

b) Contas a receber

Substancialmente representadas por valores a receber de convênios médico-hospitalares e de clientes particulares, incluindo os valores a receber da prestação de serviços ainda não faturados, apurados pelo regime de competência. Tais contas são apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos.

c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado, o ágio na aquisição de investimento e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para a identificação de evidências de perdas de valores não recuperáveis "*Impairment*" ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

d) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo por meio de resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Os principais ativos financeiros mantidos pela companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, depósitos judiciais.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são: (i) considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios conforme CPC 15; (ii) mantidos para negociação, (iii) ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; e
- for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.

Ativos financeiros além dos mantidos para negociação e considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios, podem ser designados ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria;
- o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos;
- seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento do Grupo, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e
- fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 25.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada exercício de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou da contraparte;
- violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros mantidos pela Companhia são: empréstimos, financiamentos, fornecedores e contas a pagar por aquisição de empresas. Esses passivos são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações do Grupo são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Baixa de ativos financeiros

O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para um terceiro. Se o Grupo não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, o Grupo reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, o Grupo continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela contrapartida recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em "Outros resultados abrangentes" e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade (por exemplo, quando o Grupo retém uma opção de recompra de parte de um ativo transferido ou retém participação residual que não resulte na retenção de substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e o Grupo retém o controle), o Grupo aloca o valor contábil

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo a essas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida, a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em “Outros resultados abrangentes” é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulado reconhecido em “Outros resultados abrangentes” é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo a essas partes.

e) Concessão

O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão e OCPC 05 Contratos de Concessão. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance das normas mencionadas, a Companhia atua como prestadora de serviço (serviços de operação), além de construir e melhorar a infraestrutura (serviços de construção e melhoria) usada na prestação do serviço público durante determinado prazo.

A Companhia, ao prestar serviços de construção ou melhoria, tem a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário registrada pelo valor justo no reconhecimento inicial. A Companhia reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras ou melhoria da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo, quando aplicável. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

f) Provisão para riscos legais

Constituída para as causas cujas probabilidades de desembolso de caixa são consideradas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado das causas que os questionem.

Garantia de reembolso de contingências

Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada, quando cabível, reconhecida de acordo com o CPC 30 (R1).

g) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida com base nos serviços realizados até a data do balanço. Nas datas de encerramento dos exercícios, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados na rubrica “Receita a faturar”, que está incluída no saldo Contas a receber.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A receita de construção é reconhecida pela Companhia quando presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura. Segundo o ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão as receitas e custos relativos a estes serviços devem ser reconhecidos de acordo com o CPC 17 (R1) Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

h) Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas apresentadas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros: a Companhia julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado, ativo intangível, ágio e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado e intangível de vida útil definida: a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível com vida útil indefinida, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas adequadas para refletir as vidas úteis dos mesmos.
- (iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: referidas provisões são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes.
- (iv) Provisões para riscos legais: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- (v) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração o histórico de lucros tributáveis, aumento no volume de análise de exames, premissas de mercado tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico, entre outras.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 25 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

A Companhia entende que não existam itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras apresentadas.

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

Não aplicável, tendo em vista que todos os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, aparecem no seu balanço patrimonial.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que não há itens que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens que alteram ou poderão alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens que alteram ou poderão alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens que alteram ou poderão alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia, desde 2011, vem investindo significativamente em crescimento orgânico e por meio de aquisições. A movimentação do ativo imobilizado abaixo demonstra a transformação da Companhia e o volume desses investimentos nos últimos anos:

	Saldo em 31/12/2016	Adição por combinação de negócio	Adições	Baixas	Transferências	Depreciações	Saldo em 31/12/2017
Benfeitorias em imóveis de terceiros (a)	104.764	3.251	48.623	-	8.191	(6.004)	158.825
Máquinas e equipamentos	320.788	19.729	71.141	(2.592)	(20.352)	(59.890)	328.825
Móveis e utensílios	11.709	314	2.395	(435)	1.219	(3.517)	11.684
Equipamentos de informática	7.683	-	4.713	(110)	11.484	(4.197)	19.573
Instalações	4.339	-	489	-	360	(777)	4.411
Veículos	229	-	-	-	35	(44)	220
Adiantamento a Fornecedores	14.184	-	2.250	(7.449)	-	-	8.985
Outros	510	-	-	-	(510)	-	-
Total	464.206	23.294	129.611	(10.586)	427	(74.429)	532.523

- (a) Referem-se substancialmente a investimentos realizados em novas unidades inauguradas no estado de São Paulo e Minas Gerais.

(Em milhares de R\$)	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Adição por combinação de negócio	Saldo em 31/12/2016
Benfeitorias em imóveis de terceiros	87.234	28.302	(2.617)	(3.614)	-	104.764
Máquinas e equipamentos	278.662	55.674	(28.890)	(41.819)	52.819	320.788
Móveis e utensílios	15.494	1.895	(1.091)	(2.198)	-	11.709
Equipamento de informática	12.899	6.769	(2.554)	(4.200)	-	7.683
Instalações	4.476	739	(47)	(502)	-	4.339
Adiantamento a fornecedores	11.916	2.268	0	-	-	14.184
Outros	530	344	(46)	(84)	-	739

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Total	411.211	95.991	(34.154)	(52.417)	52.819	464.206
Consolidado						
(Em milhares de R\$)	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciações	Saldo em 31/12/2015	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	55.523	34.393	-	(2.682)	87.234	
Máquinas e equipamentos	258.127	59.300	(14.238)	(24.527)	278.662	
Móveis e utensílios	14.948	2.509	-	(1.963)	15.494	
Equipamento de informática	13.546	2.864	-	(3.511)	12.899	
Instalações	4.812	166	-	(502)	4.476	
Veículos	552	-	(306)	(246)	-	-
Obras em Andamento	3.282	8.634	-	-	11.916	
Outros	585	-	-	(55)	530	
Total	351.375	107.866	(14.544)	(33.486)	411.211	

O plano de investimento da Companhia para os próximos anos é continuar investindo e crescendo, seja organicamente ou por meio de aquisições, conforme vem sendo realizado desde 2011.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da companhia serão financiados por meio da geração de caixa da própria Companhia, com empréstimos, financiamentos e emissão de valores mobiliários.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não está realizando nenhum desinvestimento relevante.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A aquisição do Delfin já comentada nesse Formulário, está impactando positivamente a capacidade da Companhia de crescimento na região nordeste do Brasil principalmente no estado da Bahia.

A aquisição de Multiscan já comentada nesse Formulário, está impactando positivamente a capacidade da Companhia de crescimento no Estado do Espírito Santo.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A conclusão dos investimentos na RBD, já comentada nesse Formulário, está impactando positivamente a capacidade da Companhia de crescimento por meio da parceria com o setor público no Estado da Bahia.

c. novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, uma vez que atualmente não há pesquisas realizadas pela Companhia que já tenham sido divulgadas.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou, nos 3 (três) últimos exercícios sociais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, uma vez que atualmente não há projetos realizadas pela Companhia que já tenham sido divulgadas.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Descrição das Transações e base para a elaboração das Informações Financeiras Consolidadas Pro Forma

a) Descrição das transações

As demonstrações do resultado consolidado “ ” não auditadas levantadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e Controladas (“CID” ou “Companhia”) e para o exercício findo em 2016 refletem a transação detalhada a seguir:

Em 10 de março de 2016, ocorreu a incorporação da Delfpar S.A. (“Delfpar” ou “Grupo Delfin”), pela Companhia, com a consequente extinção da Delfpar e a versão do seu acervo líquido para a Companhia. A Delfpar era controladora de 99,99% das ações da controlada Delfin Imagem S.A. (“DISA”), que em razão da incorporação tornou-se controlada da Companhia juntamente de suas controladas.

A aquisição descrita acima resultou em uma combinação de negócios de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e a IFRS 3 - “Business Combination”, uma vez que a Companhia passou a deter o controle das entidades do Grupo Delfin. Como resultado, e seguindo os preceitos do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) e da IFRS 3, os ativos e passivos líquidos (acervo líquido) das entidades do Grupo Delfin foram avaliados ao seu valor justo (“fair value”) e alocados conforme laudo de avaliação preparado por especialistas.

Para fins de incorporação, foi utilizado laudo preparado por avaliadores independentes, a valores contábeis, na data-base de 31 de janeiro de 2016. O valor do acervo líquido contábil foi de R\$ 23.805, utilizado para o aumento de capital da Companhia.

O valor total da aquisição foi determinado com base no valor econômico da Delfpar na data da aquisição, por ser o dado verificável disponível e representativo do valor do negócio.

Os ativos e passivos adquiridos reconhecidos na data de aquisição podem ser assim demonstrados:

(Em milhares de R\$)

10/03/201

6

Ativos

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Caixa e equivalentes de caixa	902
Aplicações financeiras	9.435
Contas a receber	28.127
Estoques	680
Impostos a recuperar	3.547
Partes relacionadas	2.625
Outras contas a receber	7.558
Depósitos judiciais	7.811
Impostos diferidos	4.427
Investimentos	1.875
Imobilizado	52.524
Intangível (i)	21.346
	140.857

Passivos

Fornecedores	5.722
Empréstimos e financiamentos	28.941
Debêntures	36.103
Salários e encargos	6.010
Obrigações tributárias	8.878
Imposto diferido	11.546
Parcelamentos	1.464
Partes relacionadas	474
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	24.608
Outras obrigações	3.934
	127.680

Ativos líquidos adquiridos	13.144

- i) Composto por: (a) direito de utilização da marca DELFIN, por prazo indeterminado, sendo considerado como tendo vida útil indefinida; e (b) valor do contrato com o Hospital São Rafael para prestação de serviços médicos relacionados à medicina

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

diagnóstica, por prazo indeterminado, sendo, portanto, considerado como tendo vida útil indefinida.

Na referida combinação de negócios foi apurado ágio, conforme segue:

Descrição	(Em milhares de R\$)
Contrapartida transferida em caixa e ações	168.786
Contrapartida a transferir (ii)	9.412
Assunção de dívida	6.105
Total das contraprestações	184.303
Mais: Participação de não controladores na adquirida	11.564
Menos: Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	(13.144)
Saldo de ágio reconhecido no intangível	182.690

ii) As contraprestações a transferir referem-se à valores a pagar a prazo.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”) foi mensurado e reconhecido, na data da aquisição, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e a IFRS 3 - “Business Combination”. A mensuração da participação de acionistas não controladores também foi efetuada pelo seu valor justo na data de aquisição, de acordo com esse mesmo pronunciamento técnico.

A Companhia contratou especialistas de mercado para poderem proceder com a avaliação e mensuração dos ativos e passivos assumidos a valores justos, de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de negócios. A administração da Companhia até a data destas informações intermediárias ainda não havia concluído a revisão da mensuração efetuada pelos especialistas contratados. Segundo o CPC 15, o período de mensuração é o que se segue à data da aquisição, durante o qual o adquirente pode ajustar os valores reconhecidos por uma combinação de negócios. Desta forma, a Companhia procedeu com o registro dos valores provisórios dos saldos apurados na combinação de negócios, que de acordo com as alocações iniciais identificadas pelos especialistas, foram divididos entre: ágio (*goodwill*), marcas e contratos.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram constituídos sobre a diferença entre o valor justo dos ativos identificáveis e adquiridos e os respectivos valores contábeis desses ativos, uma vez que as bases fiscais destes não foram afetadas pela combinação de negócios e, consequentemente, geraram diferenças temporárias. Esses impostos diferidos foram constituídos utilizando-se a alíquota de 34% sobre a mais valia dos ativos, independentemente do regime de tributação utilizado pelas entidades controladas. O valor do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos será realizado contabilmente à medida que os ativos imobilizados sejam depreciados, ou no caso de o investimento ser vendido pela controladora.

a) Base para elaboração das informações financeiras consolidadas “*pro forma*”

As informações financeiras consolidadas “*pro forma*” da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 são derivadas das seguintes demonstrações financeiras históricas:

- Demonstrações financeiras consolidadas históricas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as quais foram auditadas e cujo relatório de auditoria datado de 4 de outubro de 2016 inclui ênfase sobre o fato de que em 23 de março de 2016, 13 de março de 2015 e 25 de fevereiro de 2014, respectivamente, foram emitidos relatórios de auditoria sem ressalva sobre as demonstrações financeiras do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, de 2015 e de 2014. Conforme descrito na nota explicativa nº 3, essas demonstrações financeiras foram originalmente reapresentadas em 29 de agosto de 2016 e foram novamente reapresentadas para refletir reclassificações, ajustes e divulgações adicionais, as quais estão detalhadas na referida nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.
- Demonstrações financeiras consolidadas históricas da Delfin Imagem S.A. e Controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, auditadas, cujo relatório de auditoria datado de 28 de agosto de 2016 inclui ênfases sobre os seguintes fatos: (i) conforme divulgado nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, a controlada indireta Delfin Médicos Associados Ltda. e a Delfin Bahia Diagnóstico por Imagem Ltda. possuem como únicos clientes o Hospital São Rafael e o Hospital da Bahia, respectivamente. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise sobre essas demonstrações financeiras devem levar em consideração essas circunstâncias; e (ii) Em 29 de março de

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

2016, foi emitido relatório de auditoria, com ênfase quanto ao mesmo assunto anteriormente mencionado e ressalva quanto à limitação de escopo pela não obtenção de evidência de auditoria para validação do saldo das contas a receber da controlada Delfin Médicos Associados Ltda., sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Delfin Imagem S.A. e Controladas. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.11, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a correção de erro de conciliação e ajuste das contas a receber descritos na referida nota explicativa. Consequentemente, a ressalva relacionada com o referido assunto contida na opinião anteriormente emitida não é mais necessária e, portanto, a nova opinião constante deste relatório não contém ressalva.

- Informações contábeis intermediárias consolidadas históricas da Companhia relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2016, as quais foram auditadas e cujo relatório de auditoria datado de 4 de outubro de 2016 inclui ênfase sobre o fato de que em 29 de agosto de 2016 foi emitido relatório de auditoria sem ressalva sobre as demonstrações financeiras do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.3, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir reclassificações, ajustes e divulgações adicionais, as quais estão detalhadas na referida nota explicativa. A opinião não está ressalvada em função deste assunto.
- Informações financeiras intermediárias de propósito especial históricas da Delfin Imagem S.A. e Controladas, relativas ao período findo em 10 de março de 2016; preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, somente com o objetivo de permitir que a Companhia elaborasse sua demonstração do resultado consolidado “pro-forma”; as quais foram revisadas por nós e cujo relatório de revisão datado de 28 de agosto de 2016 possui ressalva sobre o fato de que em função do propósito em que foram preparadas, não foi apresentado o balanço patrimonial, as informações comparativas, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos resultados abrangentes, a demonstração dos fluxos de caixa para o período de 1 de janeiro a 10 de março de 2016 e as respectivas notas explicativas, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. O relatório inclui ainda ênfase sobre o fato de que duas controladas da Companhia possuem elevado grau de concentração de suas operações vinculadas a dois hospitais. Consequentemente, qualquer interpretação ou análise sobre essas

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

informações financeiras intermediárias de propósito especial, devem levar em consideração essas circunstâncias.

As informações financeiras consolidadas “*pro forma*” não auditadas da Companhia compreendem a demonstração do resultado consolidado “*pro forma*” referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada e apresentada exclusivamente para fins informativos no pressuposto da aquisição do controle das entidades do Grupo Delfin, como se ambas as transações tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2015. Estas informações financeiras consolidadas “*pro forma*” não devem ser utilizadas como indicativo de futuras demonstrações financeiras consolidadas ou interpretadas como demonstrações do resultado e/ou posição patrimonial e financeira efetiva da Companhia.

As informações financeiras consolidadas “*pro forma*” não auditadas da Companhia compreendem também a demonstração do resultado consolidado “*pro forma*” referente ao semestre findo em 30 de junho de 2016, elaborada e apresentada exclusivamente para fins informativos no pressuposto da aquisição do controle das entidades do Grupo Delfin, como se ambas as transações tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2016. Essas informações financeiras consolidadas “*pro forma*” não devem ser utilizadas como indicativo de futuras demonstrações financeiras consolidadas ou interpretadas como demonstrações do resultado e/ou posição patrimonial e financeira efetiva da Companhia.

As demonstrações do resultado consolidado “*pro forma*” devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras históricas mencionadas anteriormente.

As informações financeiras consolidadas “*pro forma*” foram preparadas conforme a Orientação Técnica OCPC 06 - Apresentação de Informações Financeiras “Pro Forma” emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários, com objetivo exclusivo de inclusão no prospecto para Registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

Em 4 de outubro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou e autorizou a publicação das informações financeiras consolidadas “*pro forma*” não auditadas.

1. AJUSTES “PRO FORMA”

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

As informações financeiras consolidadas “*pro forma*” foram elaboradas e estão sendo apresentadas a partir das demonstrações financeiras históricas de cada entidade e os ajustes “*pro forma*” foram determinados com base em premissas e estimativas, as quais acreditamos serem razoáveis e incluem os seguintes ajustes:

- a) Na combinação de negócios realizada conforme o pronunciamento técnico CPC 15 (R1) e a IFRS 3 - “Business Combination”, os ativos imobilizados foram reconhecidos a valor justo na data da aquisição de R\$ 52.524. Esses ativos serão depreciados, em base linear, pelo período de sua vida útil remanescente. Esses ajustes “*pro forma*” refletem a despesa com depreciação de tais ativos imobilizados, caso eles tivessem sido reconhecidos em 1º de janeiro de 2015 e de 2016. Com base na vida útil remanescente de cada ativo identificado, a despesa de depreciação combinada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e para o período de 2 meses e 10 dias findo em 10 de março de 2016 é de R\$ 1.365 e R\$ 265, respectivamente.
- b) Uma fração do preço de compra, no valor de R\$ 9.412, não foi quitada na data da aquisição e deverá ser paga integralmente no 6º aniversário da data de fechamento, que será no dia 9 de março de 2022. Esse valor deverá ser corrigido monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA até a data do efetivo pagamento. Esses ajustes “*pro forma*” refletem a despesa financeira diretamente relacionada com esse passivo, caso ele tivesse sido reconhecido em 1º de janeiro de 2015 e de 2016. A variação do IPCA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e para o período de 2 meses e 10 dias findo em 10 de março de 2016 corresponde a 10,67% e 2,18%, respectivamente, o que representa uma despesa financeira de R\$ 1.004 e R\$ 227, respectivamente.
- c) Ajustes “*pro forma*” relativos à realização de imposto de renda e contribuição social sobre mais-valia dos ativos imobilizados, obtida na combinação de negócios descrita no item a). Esses ajustes “*pro forma*” refletem a realização do imposto de renda e da contribuição social sobre a amortização de tais ativos imobilizados, caso eles tivessem sido reconhecidos em 1º de janeiro de 2015 e de 2016. Com base na vida útil remanescente de cada ativo identificado, a realização do imposto de renda e da contribuição social para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e para o período de 2 meses e 10 dias findo em 10 de março de 2016 é de R\$464 e R\$90, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Demonstração de Resultado DRE pro forma de 31 de dezembro de 2016

	Consolidado Pro forma			
	31/12/2016 Trimestre	31/12/2016 Ano	31/12/2015 Trimestre	31/12/2015 Ano
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	258.976	972.765	210.558	818.712
Custo dos serviços prestados	(170.079)	(604.417)	(123.033)	(487.938)
LUCRO BRUTO	<u>88.897</u>	<u>368.348</u>	<u>87.525</u>	<u>330.774</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas	(77.397)	(266.503)	(70.375)	(228.769)
Outras (despesas) receitas, líquidas	8.184	(15.023)	13.092	14.453
Resultado em participação societária	2.848	11.561	2.257	8.713
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>22.532</u>	<u>98.383</u>	<u>32.499</u>	<u>125.171</u>
RESULTADO FINANCEIRO	(17.779)	(67.376)	(9.817)	(108.209)
Despesas financeiras	(46.311)	(195.635)	(11.060)	(147.754)
Receitas financeiras	28.532	128.259	1.244	39.545
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>4.753</u>	<u>31.007</u>	<u>22.683</u>	<u>16.962</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO	15.181	(5.740)	(3.023)	(22.268)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>19.934</u>	<u>25.267</u>	<u>19.660</u>	<u>(5.306)</u>